

ESTUDO

RETRATOS SOCIAIS DF 2021 JUVENTUDE

RETRATOS SOCIAIS DF 2021

JUVENTUDE

**perfil sociodemográfico, educação,
mercado de trabalho e jovens nem-nem**

Brasília-DF, outubro de 2022

Ibaneis Rocha

Governador

Paco Britto

Vice-governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior

Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF

Jeansley Lima

Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Renata Florentino de Faria Santos

Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Daienne Amaral Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabit

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/IPEDF

Daienne Amaral Machado - Diretora

Coordenação de Pesquisas e Estudos Quantitativos de Políticas Sociais- Copaq/Dipos/Codeplan

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora

Supervisão da pesquisa

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora

Participação na pesquisa

Daienne Amaral Machado – Diretora

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães – Coordenadora

Maria Salete Alves Queiroz – Pesquisadora

Juliana Estanislau Cançado – Pesquisadora

Nabil Ahda Murtadha – Pesquisador

Francisca de Fátima de Araújo Lucena – Pesquisadora – Assessora especial

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães – Coordenadora

Natália Teixeira Lopes – Estagiária

Redação

Maria Salete Alves Queiroz – Pesquisadora

Copidesque e Revisão

Heloísa Herdy

Editoração Eletrônica

Aline Weber

APRESENTAÇÃO

Este estudo integra um conjunto de análises temáticas, elaboradas por iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Dipos) do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). A série Retratos Sociais DF 2021 apresenta análises sociodemográficas e socioeconômicas de segmentos específicos da população a partir de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021 (PDAD 2021), priorizando a desagregação territorial e salientando heterogeneidades identificadas. A série Retratos Sociais teve início com a PDAD 2018 e, portanto, está na sua segunda edição.

O objetivo deste estudo é fornecer informações sobre a população jovem aos gestores públicos de políticas sociais, pesquisadores e instituições interessadas em políticas sociais no Distrito Federal. Além do estudo, que analisa o perfil sociodemográfico de jovens e questões relativas à educação e ao mercado de trabalho dessa população com enfoque em jovens nem-nem, trabalhos sobre os seguintes segmentos/temas também integram a série: i) crianças; ii) mulheres; iii) idosos; iv) pessoas com deficiência; v) raça/cor; vi) pessoas LGBTQIA+; e vii) segurança alimentar.

A PDAD, fonte dos dados dessas análises, é uma pesquisa domiciliar de periodicidade bianual realizada pela Codeplan, agora IPEDF. Seus dados são especialmente relevantes para subsidiar políticas públicas distritais, porque permitem identificar heterogeneidades dentro do território do Distrito Federal. Diferentemente de bases sociodemográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PDAD tem representatividade para as 33 regiões administrativas do Distrito Federal. Assim, a análise dessa pesquisa é fonte singular para a sinalização de prioridades para políticas públicas voltadas à redução de desigualdades no âmbito do Distrito Federal.

A PDAD 2021, como de costume, investigou aspectos demográficos, de migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um amplo e circunspecto diagnóstico da situação atual do Distrito Federal. Essa edição contou com algumas inovações em relação às edições anteriores, sendo de especial importância para este estudo as perguntas inéditas sobre orientação sexual e identidade de gênero, a inserção da categoria “prestação de serviços por aplicativo”, entre os tipos de atividades de trabalho principal e a captação de mercado de trabalho informal.

A elaboração de todos os sete estudos da série Retratos Sociais 2021 segue procedimentos metodológicos similares, detalhados em seção específica no documento. Os aspectos metodológicos particulares a este estudo sobre juventude também estão reportados, tornando possível ao(à) leitor(a) identificar facilmente quais são as especificidades metodológicas de cada temática e, ainda, quais são as similaridades entre elas.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar, além da descrição do perfil sociodemográfico da juventude do Distrito Federal, resultados e análises relativos à educação e ao mercado de trabalho para a população jovem, destacando, em especial, a problemática dos jovens nem-nem, que são aqueles que, simultaneamente, não estudam e não trabalham.

No Distrito Federal, 50,3% dos jovens estudavam no momento da pesquisa, 41,1% com vínculo com instituição formal de ensino e 11,2% cursando alguma modalidade de ensino fora da rede formal (curso profissionalizante, preparatórios Enem, vestibular e concursos).

A taxa de desemprego jovem encontrada foi de 21,45%, 10,45 pontos percentuais acima da taxa de desemprego da população total do DF. Entre os jovens que trabalham, 29,17% estavam na informalidade.

A porcentagem de jovens nem-nem observada foi de 20,8%, apresentando diferenças importantes nas desagregações por estrato socioeconômico do Critério Brasil, gênero e raça/cor.

Os dados indicaram que 30,9% dos jovens na Classe DE são nem-nem, sendo essa proporção decrescente à medida que se observa os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais alta, e 24,9% das jovens negras são nem-nem, enquanto apenas 15,6% dos jovens não negros não trabalham e nem estudam.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
2.1 Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021.....	11
2.1.1 Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD).....	11
2.1.2 Critério Brasil para analisar nível de renda.....	11
2.2 Procedimentos e conceitos específicos a este estudo.....	12
2.2.1 Grupos etários de jovens.....	12
2.2.2 Jovens nem-nem.. ..	13
3. RESULTADOS	15
3.1 Perfil sociodemográfico da população jovem do Distrito Federal.....	15
3.1.1 Volume de jovens, distrib. por grupo etário e por renda média domiciliar.....	15
3.2.2 Perfil sociodemográfico dos jovens no Distrito Federal.....	18
3.2 EDUCAÇÃO	26
3.2.1 Jovens que frequentam instituição formal de ensino (escola e faculdade).....	26
3.2.2 Escolaridade para jovens de 25 a 29 anos.....	33
3.2.3 Jovens que frequentam cursos fora no ensino formal (curso profissionalizante, preparatórios Enem, vestibular e concursos).....	34
3.3 MERCADO DE TRABALHO	37
3.3.1 Situação Ocupacional e Taxa de Desemprego.....	37
3.3.2 Informalidade.....	41
3.4 JOVENS NEM-NEM	43
4. DISCUSSÃO	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICE	61

1. INTRODUÇÃO

O Distrito Federal, assim como o Brasil, apresenta uma população jovem que corresponde a cerca de um quarto de sua população total, segundo dados da PDAD 2021. Um estudo específico para a juventude é importante não apenas em vista do elevado peso relativo desse grupo na população[1], mas também devido às suas particularidades em relação aos demais grupos populacionais.

Os jovens vivem uma realidade de constante violação de direitos e estão mais expostos a uma série de vulnerabilidades sociais (BARÃO, RESEGUE e RICARDO, 2021). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD - Contínua)[2], foram eles os que apresentaram as maiores perdas de renda e trabalho entre 2015-2019, sendo esse contexto de perdas e maior vulnerabilidade agravado com a pandemia da Covid-19.

De modo geral, períodos de crise econômica tendem a deixar marcas permanentes sobre a população jovem, sendo esse efeito-cicatriz um dificultador da ascensão social de toda uma geração (NERI, 2021). Além do fato de o desemprego jovem apresentar maior sensibilidade a ciclos econômicos (ZANIN, 2015). Um outro aspecto relevante para essa população é o fato de que, apesar da existência de políticas de educação obrigatórias, muitos jovens se encontram desvinculados de qualquer instituição de ensino (HENDERSON *et al.*, 2017).

Para a caracterização da população jovem, este estudo segue o previsto na legislação brasileira específica – o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852, de 05 de agosto de 2013) – que define a juventude como o período compreendido entre 15 e 29 anos. Para captar as especificidades quanto aos diferentes ciclos de estudo e trabalho, a população jovem foi subdividida em três categorias: 15-17 anos; 18-24 anos; e 25-29 anos, que levam em conta tanto as etapas educacionais e as previsões de faixa de idade para cada etapa de ensino como também a transição para o mercado de trabalho.

É justamente a partir dos 18 anos, que a transição para o mercado de trabalho se torna um problema para uma grande parcela de jovens que estão saindo da escola (SILVA e VAZ, 2021). A inserção no mercado de trabalho é um processo não imediato, não linear, marcado por dificuldades e que perpassa importantes questões de gênero e de raça (CABELLO *et al.*, 2022).

[1] Barão, Resegue e Ricardo (2021) destacam que nunca houve tantos jovens no país. Em 2021, a população entre 15 e 29 anos somava cerca de 50 milhões, representando cerca de 25% da população.

[2] IBGE, Indicadores - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Este estudo tem como objetivo levar essas questões em consideração ao apresentar, além da descrição do perfil sociodemográfico da juventude do Distrito Federal, análises e resultados relativos à educação e à inserção no mercado de trabalho dessa população. Por analisar questões relativas a estudo e emprego, este estudo também trata dos jovens nem-nem, aqueles que estão simultaneamente sem ocupação formal ou informal e ainda sem vínculo com instituições de ensino da rede formal (escola e faculdade) ou não formal (curso profissionalizante, preparatórios para Enem, vestibular e concursos).

A importância de uma análise sobre jovens nem-nem se deve ao fato de que houve redução das oportunidades de trabalho com a crise da Covid-19 (BARÃO, RESEGUE e RICARDO, 2021) e aumento do contingente de jovens que pararam de estudar e procurar emprego (SILVA e VAZ, 2021), elevando o número de jovens nem-nem desocupados e inativos no Brasil.

Decorre da condição de nem-nem a interrupção do processo de construção de habilidades, da continuidade da educação e da formação profissional (SILVA e VAZ, 2021). Além disso, permanecer por muito tempo como jovem nem-nem, dificulta de forma significativa o acesso ao mercado de trabalho, entre outros motivos, pela perda de capital humano, o que pode ter como consequência a indigência social e vulnerabilidade social crítica (FIGUEIREDO; ALMEIDA, 2017).

Além disso, considerando que estão afastados das estruturas econômicas e sociais, jovens nem-nem são mais vulneráveis e apresentam alto risco de apresentarem problemas de saúde mental e vícios. De forma geral, ser nem-nem está associado a inúmeros impactos econômicos, psicossociais e de saúde negativos (HENDERSON et al., 2017). Soma-se a isso, o fato de que há vários custos econômicos e sociais da condição nem-nem, a serem detalhados em seção específica (SHIRASU e ARRAES, 2020).

Os jovens do DF precisam ser amparados por políticas públicas voltadas para esse grupo específico. Como exposto por Barão, Resegue e Ricardo (2021), o estímulo à juventude, devido ao seu potencial para o progresso econômico e desenvolvimento social, pode ter como resultado o crescimento e prosperidade de toda a população, sendo, portanto, necessários estudos focados nesse grupo populacional.

Além desta introdução, este estudo é dividido em outras quatro seções: i) aspectos metodológicos, que delimitam as escolhas de análise realizadas; ii) resultados, que apresentam o retrato da distribuição populacional em relação a gênero, raça/cor, estado civil, estrutura domiciliar, entre outros aspectos da juventude no Distrito Federal; os resultados das análises sobre educação; e os resultados das análises sobre mercado de trabalho; iii) discussão sobre jovens nem-nem no DF, apoiada na literatura pertinente; e vii) considerações finais, que sumarizam os resultados e apontam implicações para políticas públicas distritais.

2 . ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021

2.1.1 Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada em 2021. A PDAD é realizada com periodicidade bianual pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), agora Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF).

A PDAD permite traçar o perfil socioeconômico da população-alvo para as 33 regiões administrativas do Distrito Federal. Isto é, a pesquisa abrange aspectos demográficos, migratórios, condições sociais e econômicas, acesso à educação, situações de trabalho e renda e inclui, também, condições de moradia e acesso à infraestrutura urbana. Como inovação em relação à edição de 2018, a pesquisa contou com perguntas de identidade de gênero e orientação sexual, incluiu entre os tipos de atividades ocupacionais a “prestação de serviços por aplicativo” e reestruturou a captação de informações sobre formalização no mercado de trabalho.

Em 2021, a pesquisa contou com uma amostra de 30.888 domicílios localizados em áreas urbanas e rurais com características urbanas do Distrito Federal. Além de coletar informações relativas aos domicílios, a pesquisa levantou informações do perfil socioeconômico de 83.481 moradores. Essa amostra representa 3.010.881 moradores e 936.812 domicílios do DF. Na edição de 2018, a PDAD coletou informações de 69.654 moradores de 21.908 domicílios, o que representa 2.881.854 moradores e 883.437 domicílios.

2.1.2 Critério Brasil para analisar nível de renda

Diferentemente da série Retratos Sociais DF 2018, as análises dos dados da PDAD 2021 por nível de renda usam a classificação do Critério Brasil, que é um classificador para a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira. A metodologia desse indicador é baseada no conceito de renda permanente, que expressa a riqueza do domicílio e seu poder de compra. Esse indicador busca ser multidimensional para captar variações no status socioeconômico de uma família. Além disso, busca minimizar problemas com ausência de dados ligados à prestação de informações por parte do respondente. (KAMAKURA; MAZZON, 2016).

Na série de estudos anteriores, se utilizou o agrupamento de regiões administrativas por nível de renda média. As regiões administrativas foram classificadas em quatro categorias: alta renda, média-alta renda, média-baixa renda e baixa renda. O Critério Brasil classifica o domicílio segundo aspectos socioeconômicos e não o território, o que caracteriza um agrupamento socioeconômico mais homogêneo em cada estrato dado, pois existem domicílios com diferentes níveis de renda dentro de cada região administrativa. A tabela abaixo apresenta os estratos socioeconômicos do Critério Brasil e as respectivas médias das rendas domiciliares mensais de acordo com dados da PDAD 2021.

Tabela 01 – Renda domiciliar mensal média segundo estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Distrito Federal, 2021.

ESTRATO SOCIOECONÔMICO	RENDA DOMICILIAR MENSAL MÉDIA
Classe A	24878,22
Classe B1	16549,83
Classe B2	9906,25
Classe C1	6058,80
Classe C2	3026,78
Classe DE	1870,50
TOTAL	6868,13

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

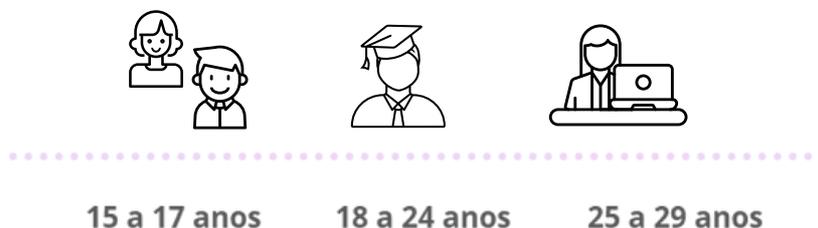
2.2 Procedimentos e conceitos específicos a este estudo

2.2.1 Grupos etários de jovens

Conforme destacado na Introdução, este estudo segue o previsto na legislação brasileira específica – o Estatuto da Juventude (Lei Federal no 12.852, de 05 de agosto de 2013) – que define a juventude como o período compreendido entre 15 e 29 anos. Tanto a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), também adotam o intervalo 15-29 anos para a definição de juventude.

Ao se trabalhar com esse intervalo, é necessário levar em conta que muitos desses jovens já realizaram transições importantes para a vida adulta (VIEIRA, 2009).

Por isso, assim como realizado pelo o Fórum Mundial da Juventude a partir de 2001[3] e por Silva e Vaz (2021), este estudo subdivide a população jovem em três categorias que representam diferentes fases do ciclo de vida tanto quanto ao estudo, como ao trabalho:



Essa divisão considera as etapas educacionais e as previsões de faixa de idade para cada etapa de ensino - ensino médio (15-17); ensino superior (18-24) e pós-graduação (25-29), assim como leva em conta a transição para o mercado de trabalho. Conforme exposto por Silva e Vaz (2021), entre 15 e 17 anos, a maioria dos jovens tende a estar fora do mercado de trabalho e exclusivamente concentrada nos estudos. De 18 a 24 anos, ocorre uma maior inserção no mercado de trabalho, mas ainda é observada uma significativa parcela fora da força de trabalho. Já entre pessoas de 25-29 anos, observa-se uma tendência de maior inserção na força de trabalho, com uma parcela reduzida de jovens fora dela.

2.2.2 Jovens nem-nem

Para a discussão sobre os jovens nem-nem, este estudo segue o conceito internacional e, portanto, considera o jovem nem-nem quando ele não trabalha, levando em consideração tanto os jovens que estão dentro (desocupados[4]) como fora da força de trabalho (inativos[5]) e não estuda, assim como feito por Freire e Saboia (2021) e Silva e Vaz (2021).

A opção pelo conceito internacional em detrimento do nacional, que leva em conta apenas os inativos, deve-se ao suposto, nem sempre válido, de que a inatividade é uma situação mais grave. Por vezes, a inatividade é uma opção, enquanto a desocupação reflete uma série de problemas econômicos e sociais (FREIRE e SABOIA, 2021), sendo, portanto, necessário considerá-la na análise.[6].

[3] Em 2011, o grupo de trabalho do Fórum Mundial da Juventude solicitou à Organização das Nações Unidas (ONU) a reformulação do conceito de juventude, de forma a ser possível captar os desafios dos jovens de países subdesenvolvidos (FIGUEIREDO; ALMEIDA, 2017).

[4] Desocupados: não trabalham, mas estão procurando emprego.

[5] Inativos: não trabalham e não estão procurando emprego.

[6] Uma grande parcela dos estudos sobre jovens nem-nem voltados para o Brasil, leva em conta apenas jovens que estão inativos, dado que os jovens desocupados já teriam feito a opção pelo mercado de trabalho (FREIRE e SABOIA, 2021).

Além disso, conforme destacado por Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), a inclusão do grupo de desocupados na categoria nem-nem tem implicações relevantes em contextos recessivos, em que ocorre elevação da taxa de desemprego jovem.

Diferentemente desses dois trabalhos, este estudo desagrega a categoria jovens que estudam, levando em consideração não apenas o vínculo formal com a instituição de ensino, mas também cursos profissionalizantes, preparatórios para vestibular e concursos. Sendo também um importante diferencial em relação ao Retrato Social- Juventude 2018 e aos demais trabalhos sobre jovens nem-nem no Brasil.

A desagregação entre estudo formal e não formal, que corresponde ao estudo fora da rede de ensino formal (escola e faculdade), é importante já que há uma elevada parcela de jovens que se dedicam ao segundo tipo de estudo[7] entre os moradores do DF. Neste relatório, os jovens no DF foram divididos em 12 categorias:

Quadro 1 - Classificação dos jovens quanto à situação ocupacional e educacional

Situação ocupacional e educacional	Estuda formal e informal	Estuda formal	Estuda Informal	Não estuda
Ocupados	1	4	7	10
Desocupados	2	5	8	11
Inativos	3	6	9	12

Fonte: Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Para a classificação jovens que estudam, são considerados tanto os jovens que possuem vínculo com instituição formal de ensino (escola e faculdade) como os que estudam fora da rede de ensino formal (cursos profissionalizantes, preparatórios para o Enem, vestibulares e/ou concursos). Ou seja, jovens classificados nas categorias 7, 8 e 9 são incluídos na categoria jovens que estudam e, portanto, não são considerados jovens nem-nem aqueles alocados nas categorias 8 e 9.

O conceito de nem-nem adotado no estudo refere-se aos jovens classificados nas categorias 11 e 12. Isto é, são nem-nem os jovens que estão fora do mercado de trabalho (desocupados e inativos) e que não estudam em instituição formal de ensino (escola e faculdade) ou em alguma modalidade de ensino fora da rede formal (cursos profissionalizantes, preparatórios para Enem, vestibulares e concursos).

[7] Segundo os dados da PDAD 2021, o percentual de jovens que estudam fora do ensino formal é de 11,2% no Distrito Federal.

Trabalhos feitos sobre o Brasil tendem a considerar apenas educação formal na categoria jovens que estudam, visto que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) não tem questões sobre frequência em cursos de nível técnico, qualificação profissional e/ou preparatórios (IBGE, 2020). No entanto, conforme destacado por Eurofound (2009), jovens que cursam alguma modalidade de ensino fora da rede formal estão em treinamento e, portanto, não podem ser considerados nem-nem. Silva e Vaz (2021) também destacam a relevância de levar em conta que existem jovens que estudam fora da rede de ensino formal e ressaltam que a não inclusão desses jovens na categoria nem-nem é uma limitação. Por isso, neste estudo, optou-se por considerar nem-nem apenas os jovens classificados nas categorias 11 e 12.

3 . RESULTADOS

3.1 Perfil sociodemográfico da população jovem do Distrito Federal

3.1.1 Volume de jovens, distribuição por grupo etário e por renda média domiciliar

Considera-se o indivíduo jovem se ele tem entre 15 e 29 anos. Segundo os dados levantados pela PDAD 2021, residem hoje no Distrito Federal 725.916 jovens, o que corresponde a 24,1% da população total (3.010.881). Em números absolutos, Ceilândia possui o maior número de jovens, 85.114, e Fercal, o menor número absoluto, 2.623 jovens[8]. Já em termos percentuais, Scia/Estrutural é a RA com o maior percentual de jovens (31,2%) na população, seguida por Sol Nascente/ Pôr do Sol (30,8%) e São Sebastião (29,3%). As Ras Sudoeste/Octogonal e Plano Piloto apresentam menor percentual de jovens, 15,5% e 17,2% respectivamente[8] .

Grupos etários

No Distrito Federal, 19,5% dos jovens têm entre 15 e 17 anos; 46,4% entre 18 a 24 anos; e 34,1% entre 25 e 29 anos. A distribuição dos jovens pelo território também não é proporcional, assim como a distribuição por grupos etários nas regiões administrativas, como pode ser observado no **Mapa 1**.

[8] De fato, a RA com o menor número de jovens é o SIA, com 351 jovens. Contudo, o SIA é uma RA atípica no DF, pois trata-se de uma região que concentra indústrias e galpões de armazenamento possuindo, por sua vez, poucas residências. Assim, em razão do pequeno tamanho amostral do SIA, não consideramos essa Região Administrativa na análise.

Mapa 1- Percentual de jovens de 15 a 29 anos segundo as regiões administrativas do Distrito Federal, 2021.

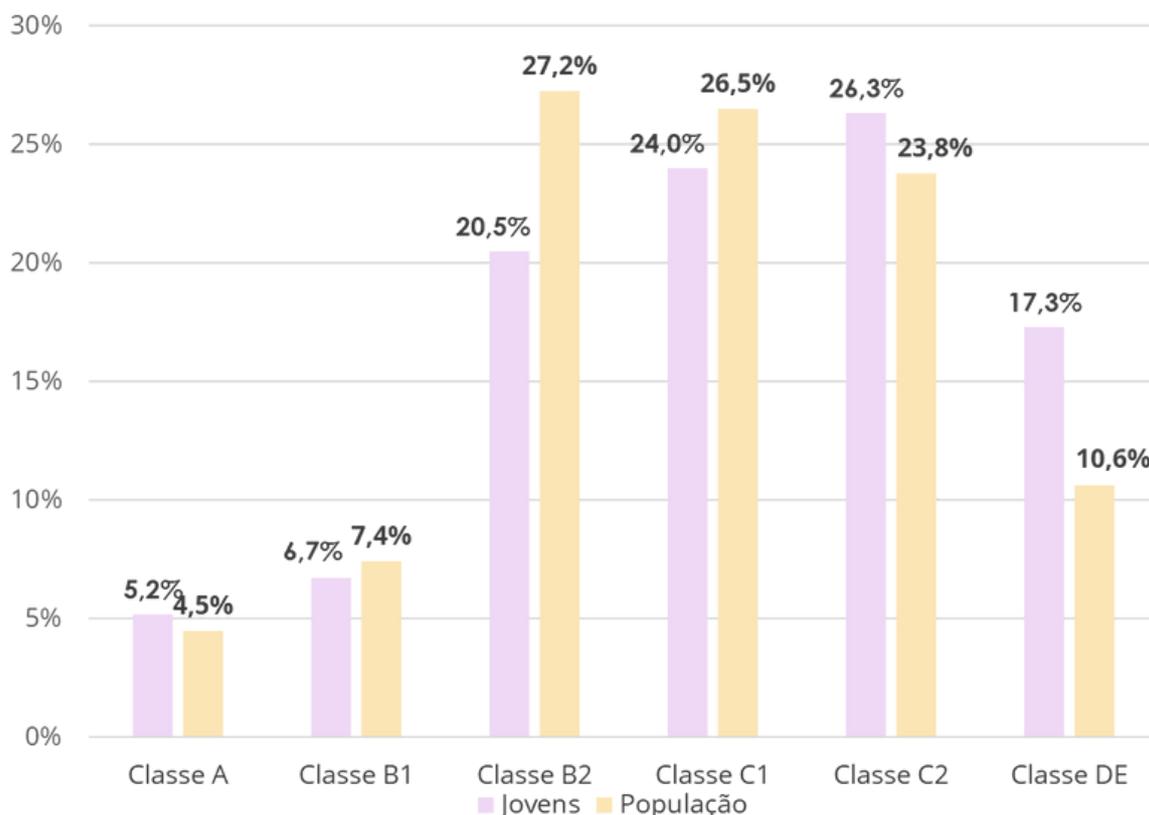


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Renda média domiciliar

Apenas 5,2% dos jovens do Distrito Federal se concentram na classe A, estrato socioeconômico de maior renda média domiciliar do Critério Brasil, e 17,3%, na classe DE, estrato socioeconômico de menor renda média domiciliar. A maior parcela dos jovens (26,3%) está concentrada na classe C2, seguida pela classe C1 (24%), conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

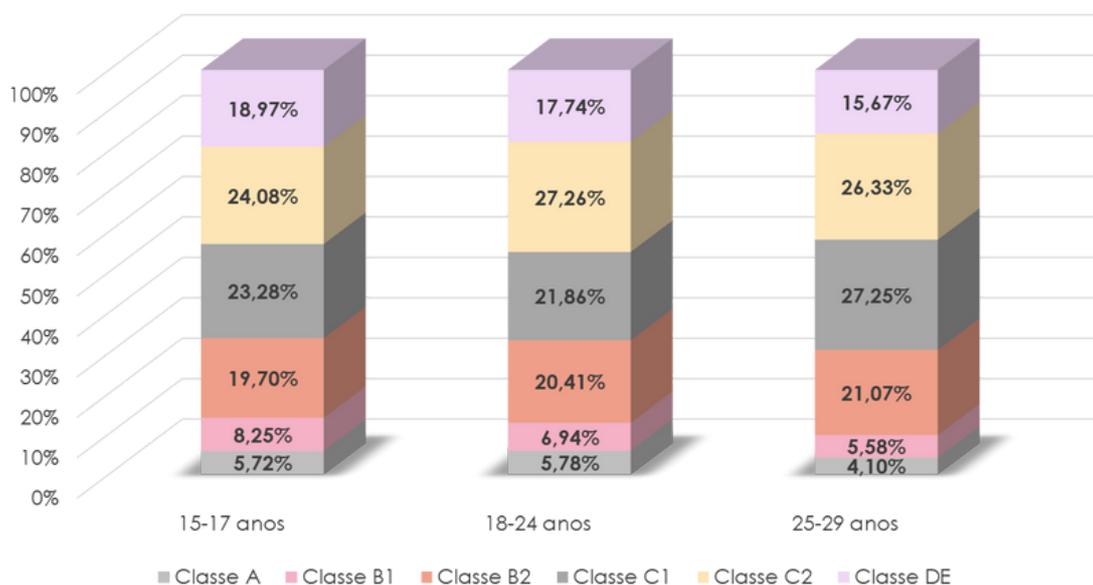
Gráfico 1 - Comparação da proporção de jovens com a população total por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A maior concentração de jovens entre 15-17 anos e 18-24 anos é na Classe C2, enquanto o grupo etário de 25-29 está mais concentrado na Classe C1. Nos três grupos etários, a menor parcela de jovens se encontra na Classe A.

Gráfico 2 - Distribuição da população jovem por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil) e grupo etário. Distrito Federal, 2022.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF..

3.2.2 Perfil sociodemográfico dos jovens no Distrito Federal

Gênero[9] e raça/cor

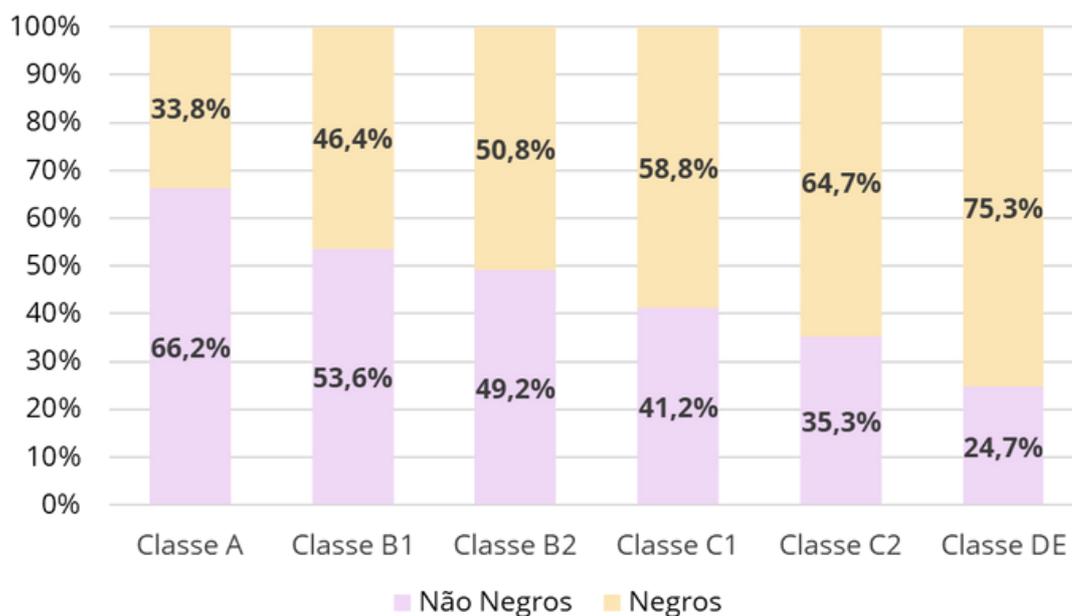
Conforme os dados da PDAD 2021, no Distrito Federal 49,4% dos jovens são homens e 50,6%, mulheres. Essa divisão não tem grande diferença dentro das regiões administrativas por estratos socioeconômicos do Critério Brasil, ou por grupo etário.

[9] A PDAD 2021 contou com uma pergunta de identidade de gênero para pessoas com 18 anos ou mais.

A proporção de jovens negros é de 59,6%, superior à proporção de negros na população do DF como um todo (57,3%). Ou seja, há uma sobrerrepresentação da população negra entre os jovens, quando comparados à toda população do Distrito Federal.

Ao contrário da distribuição por gênero, a distribuição por raça/cor tem diferença significativa quando se leva em consideração a renda (Critério Brasil) e as RAs. A maior proporção de jovens negros no Distrito Federal está na classe DE (75,3% dos jovens desta classe são negros), que é o estrato socioeconômico de menor renda média domiciliar. Enquanto o menor percentual, se encontra na classe A (33,8% dos jovens desta classe são negros), estrato de maior renda média domiciliar.

Gráfico 3 - Proporção de jovens não negros e negros por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2022.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021.

Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Por região administrativa, as maiores proporções de negros entre a população jovem estão no Scia/Estrutural (76,8%), São Sebastião (75,2%), Riacho Fundo II (70,4%) e Fercal (70,3%). Já as menores, são encontradas no Sudoeste/Octogonal (29,4%), Lago Sul (33,3%), Parkway (33,9%) e Águas Claras (42,8%).

Jovens com deficiência

No Distrito Federal, 16.871 jovens declararam ter algum tipo de deficiência, representando 2,3% da população jovem do território. Entre esses jovens, 51,27% têm deficiência visual; 18,84%, deficiência múltipla; 15,25%, deficiência intelectual e 10,63%, deficiência física. Os resultados para deficiência auditiva não foram estatisticamente representativos para a população.

Jovens LGBTQIA+

No perfil sociodemográfico da PDAD 2021, também foi investigada a identificação LGBTQIA+ da população com 18 anos ou mais de idade por meio de perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual, uma inovação em relação à PDAD de 2018.

No Distrito Federal, 5,9% dos jovens se identificam como LGBTQIA+, ou seja, transgêneros[10] e/ou lésbicas, gays, bissexuais ou outros[11], sendo essa proporção maior do que a encontrada ao se analisar todos os respondentes no DF (3,8%).

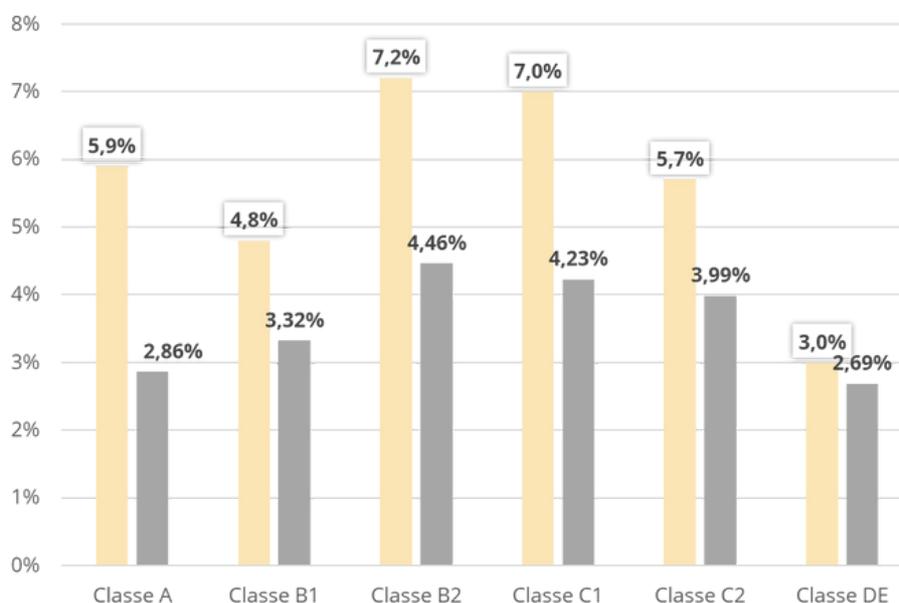
Entre esses jovens, 52,9% têm entre 18 a 24 anos e 47,91% entre 25-29 anos. As RAs com maiores percentuais de jovens que se identificam como LGBTQIA+ são: Sobradinho II (13,5%), Plano Piloto (13,2%), Parkway (11,4%) e Águas Claras (10,9%).

Quanto à renda média domiciliar (estratos socioeconômicos - Critério Brasil), 5,9% dos jovens incluídos na Classe A, estrato socioeconômico de maior renda do Critério Brasil, se identificam como LGBTQIA+. Na classe DE, estrato socioeconômico de menor renda, essa proporção é de 3%.

[10] Considera-se transgênero todas as pessoas que declaram ter uma identidade de gênero diferente do sexo registrado na certidão de nascimento. Esse termo engloba as pessoas transfemininas, transmasculinas, não binárias, travestis, entre outras identificações adotadas pela população.

[11] Pessoas que se identificaram como transgêneros e também lésbicas, gays, bissexuais ou outros são consideradas apenas uma vez.

Gráfico 4 - Comparação do percentual de jovens LGBTQIA+ com a população por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF..

Estado Civil

Uma proporção de 82,4% dos jovens são solteiros; 16,5%, casados e 0,9% relatam outro estado civil no Distrito Federal. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 99,2% são solteiros. De 18 a 24 anos, 88,6% são solteiros; e 10,80%, casados. Já entre 25-29 anos, há uma maior porcentagem de jovens casados (33,40%) e uma menor porcentagem de solteiros (64,40%).

Arranjo Familiar e Posição no Domicílio

Os arranjos domiciliares são os principais agrupamentos de pessoas que residem em um mesmo domicílio[12]. A análise apenas de arranjos domiciliares não permite apontar se, nesses casos, os jovens são os responsáveis, os cônjuges, os filhos, ou outros parentes. A partir da análise exclusivamente dos arranjos, só é possível definir o percentual de jovens que residem em cada tipo de arranjo. Por isso, faz-se a análise complementar de posição no domicílio.

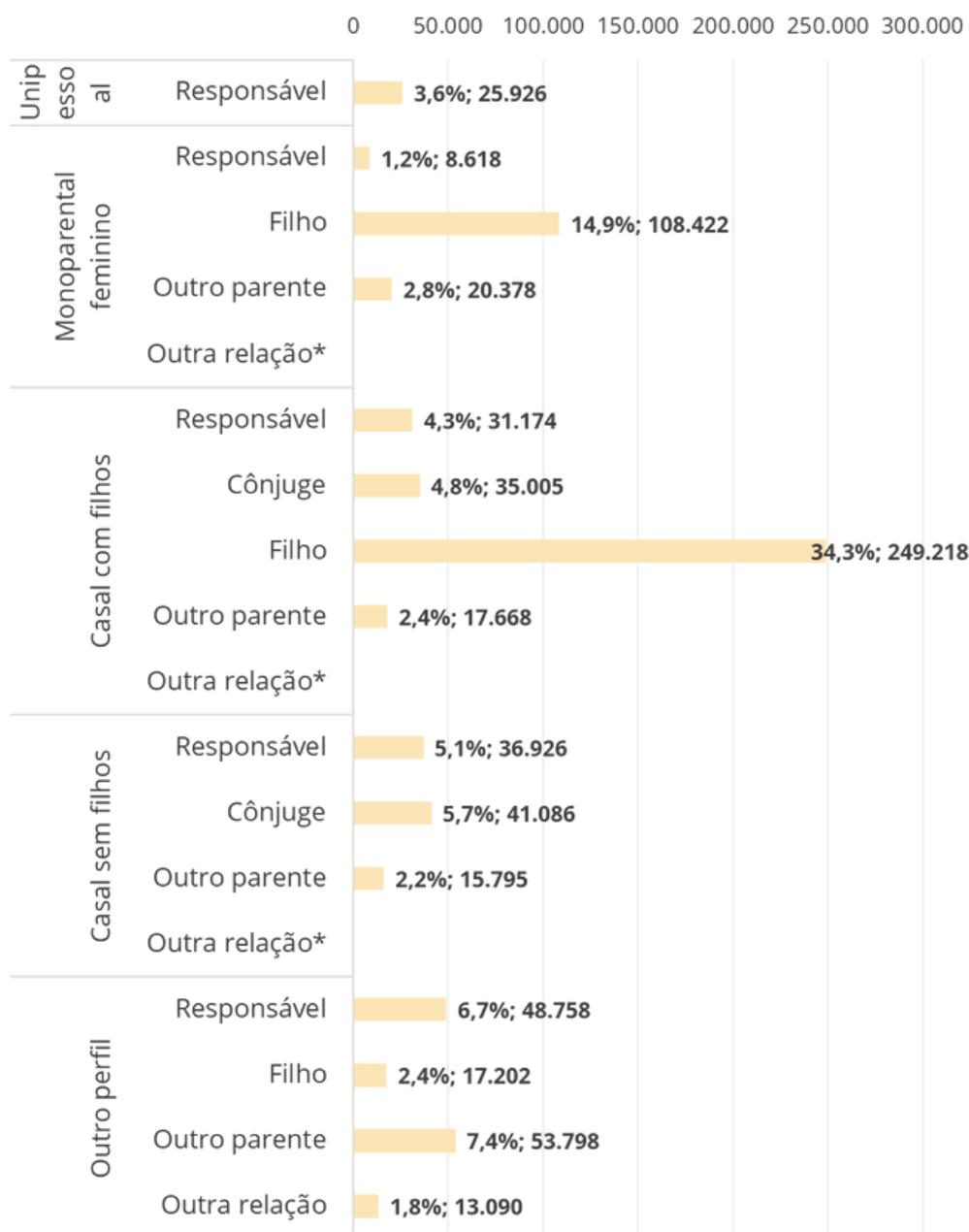
No arranjo monoparental feminino (caracterizado por uma mulher chefe de família com filhos), 6,2% dos jovens ocupam a posição de responsável e 78,4%, a posição de filho.

[12] Por exemplo, o domicílio pode ser composto apenas por um casal, ou por um casal que tenha filhos, ou por alguém que more sozinho, entre outras diversas possibilidades de combinação.

No arranjo casal com filhos, 9,3% dos jovens ocupam a posição de responsável; 10,5%, de cônjuge; e 74,6%, de filho. Já no arranjo casal sem filhos, 38,9% ocupam a posição de responsável e 43,2% a de cônjuge.

Ainda, 8.618 mulheres jovens ocupam a posição de responsável no arranjo monoparental feminino, ou seja, 2,6% das mulheres jovens entre 15 e 24 anos são mães solo. Quanto ao arranjo casal com filhos, 34,3% dos jovens vivem nesse tipo de domicílio na condição de filhos. Já como responsáveis ou cônjuges, 10,8% estão em arranjos de casal sem filhos e outros 9,1% estão em arranjos de casal com filhos.

Gráfico 5 - Distribuição dos jovens por arranjo domiciliar e posição no domicílio. Distrito Federal, 2021.

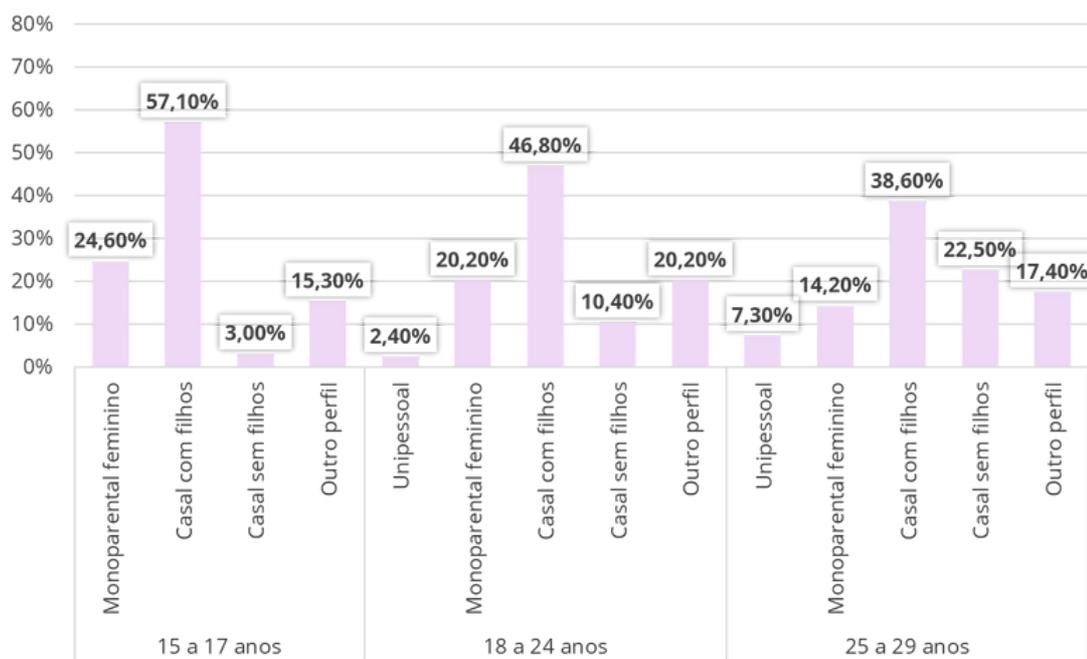


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

No Distrito Federal, a proporção de jovens que habitam em residências onde o arranjo domiciliar é composto por casal com filhos é de 46%, sendo esse tipo o que apresenta a maior concentração de jovens. Em seguida, tem-se monoparental feminino (19%); casal sem filhos (13,10%); outro perfil (18,3%) e unipessoal (3,60%).

Por faixa etária, é possível observar que, em todos os grupos etários, há um maior percentual de jovens que habitam residências onde o arranjo domiciliar é composto por casal com filhos. Como esperado, entre 15-17 anos, essa porcentagem é maior (57,10%), seguida por 18-24 (46,8%) e 25-29 anos (38,6%). O inverso ocorre no arranjo casal sem filhos, que tem as maiores proporções na faixa etária dos 25-29 anos (22,5%), seguida por 18 a 24 anos (10,4%) e 15 a 17 anos (3%). O Gráfico 6 apresenta a proporção de jovens por grupo etário em cada tipo de arranjo familiar.

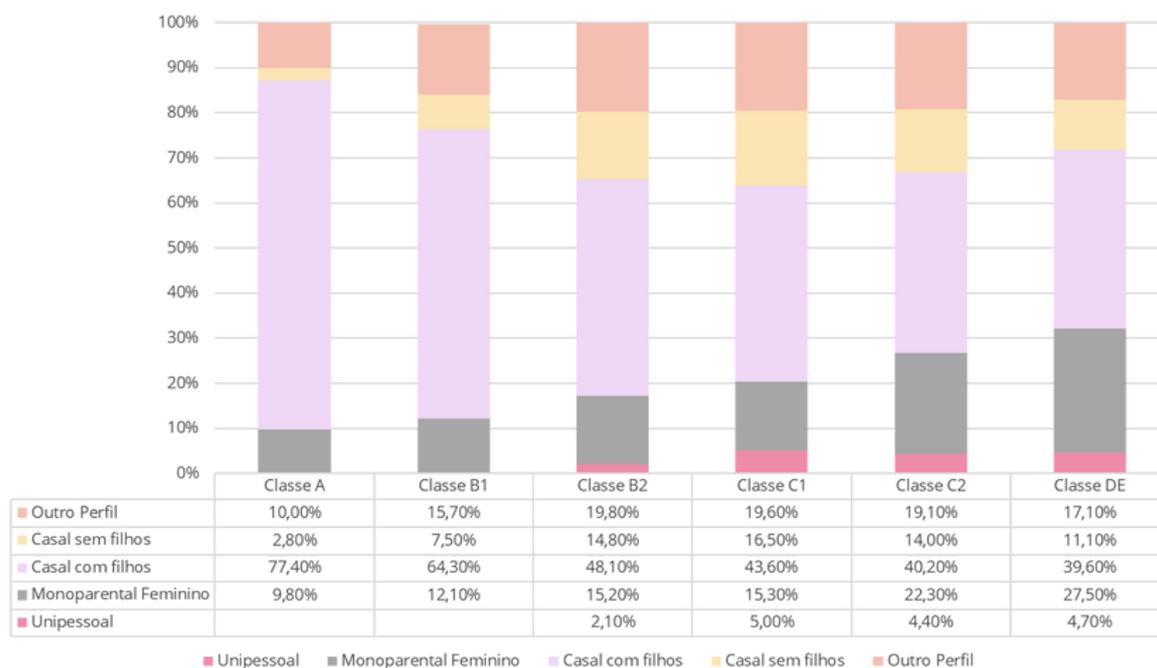
Gráfico 6 - Distribuição de Jovens por Arranjo Domiciliar e Grupo Etário. Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil indica que a porcentagem de arranjos domiciliares do tipo monoparental feminino tende a ser maior em estratos de menor renda domiciliar média. Como pode ser observado no Gráfico 7, 27,5% dos jovens incluídos na Classe DE habitam em residências com esse tipo de arranjo, enquanto, na classe A, essa porcentagem é de apenas 9,8%. O inverso ocorre no grupo do arranjo casal com filhos, que tem maior presença nas classes de maior renda domiciliar média.

Gráfico 7 - Distribuição de Jovens por arranjo Domiciliar [13] e estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.

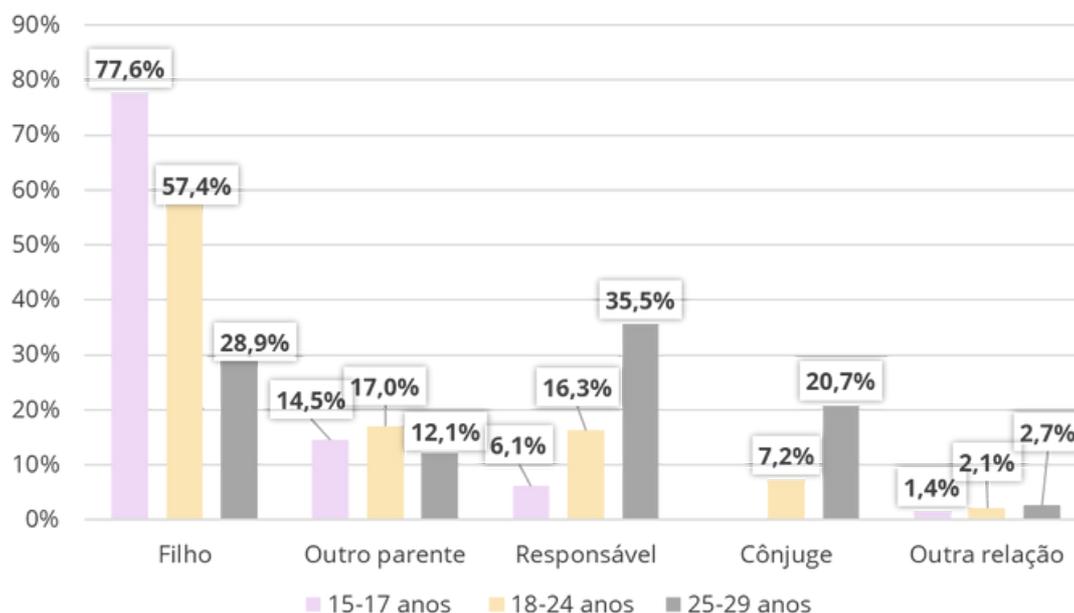


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

No Distrito Federal, mais da metade dos jovens (51,5%) ocupam a posição de filho no domicílio; 20,9% ocupam a posição de responsável; 10,5% de cônjuge; 14,8% de outro parente e 2,2% de outra relação. As informações por grupos etários podem ser observadas no Gráfico 8.

[13] Os valores para o arranjo domiciliar unipessoal para as Classes A e B não foram reportados, pois não foram estatisticamente representativos para população.

Gráfico 8 - Distribuição de Jovens por posição no domicílio e grupo etário. Distrito Federal, 2021 [14] .



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por grupo etário e estratos socioeconômicos (classes de renda - Critério Brasil) indica que existe uma tendência de que, quanto maior é a renda média domiciliar do estrato socioeconômico, maior é a proporção de jovens na posição de filho. Na classe A, entre 15-17 anos, 87,1% dos jovens estão na posição de filho, já na classe DE, essa proporção é de 74,8%. Nos demais grupos etários, isso também se mantém, sendo a diferença ainda mais marcante na faixa entre 25-29 anos, na qual, na classe A, 74% dos jovens ocupam a posição de filho no domicílio, enquanto na classe DE, apenas 24,3% dos jovens ocupam essa posição. A tabela a seguir detalha os dados dos três grupos etários.

[14] O percentual da posição de cônjuge para o grupo etário de 15 -17 anos não foi estatisticamente representativo para a população e, por isso, não está reportado no gráfico.

Tabela 2 - Distribuição de jovens por posição no domicílio por grupo etário e estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2022 [15].

Grupo Etário	Estrato Socioeconômico	Filho	Responsável	Cônjuge	Outro parente	Outra relação
15-17 anos	Classe A	87,1%	-	-	11,3%	-
	Classe B1	86,3%	-	-	9,9%	-
	Classe B2	80,0%	5,9%	-	12,0%	-
	Classe C1	78,0%	5,8%	-	15,1%	-
	Classe C2	72,6%	9,4%	-	16,0%	-
	Classe DE	74,8%	8,1%	-	14,7%	-
18-24 anos	Classe A	84,5%	-	-	9,2%	-
	Classe B1	76,4%	6,8%	-	11,6%	-
	Classe B2	66,5%	10,8%	3,6%	17,1%	2,1%
	Classe C1	56,2%	18,7%	8,1%	15,4%	-
	Classe C2	47,4%	20,9%	10,1%	19,0%	2,5%
	Classe DE	48,6%	21,2%	10,6%	18,0%	-
25-29 anos	Classe A	74,0%	8,3%	4,5%	10,6%	2,6%
	Classe B1	47,5%	18,8%	16,7%	11,7%	5,2%
	Classe B2	32,2%	31,0%	22,1%	12,0%	2,7%
	Classe C1	21,8%	40,5%	24,1%	10,9%	2,7%
	Classe C2	23,4%	39,3%	20,9%	13,7%	2,6%
	Classe DE	24,3%	43,1%	20,2%	10,4%	-

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

3.2 EDUCAÇÃO

3.2.1 Jovens que frequentam instituição formal de ensino (escola e faculdade)

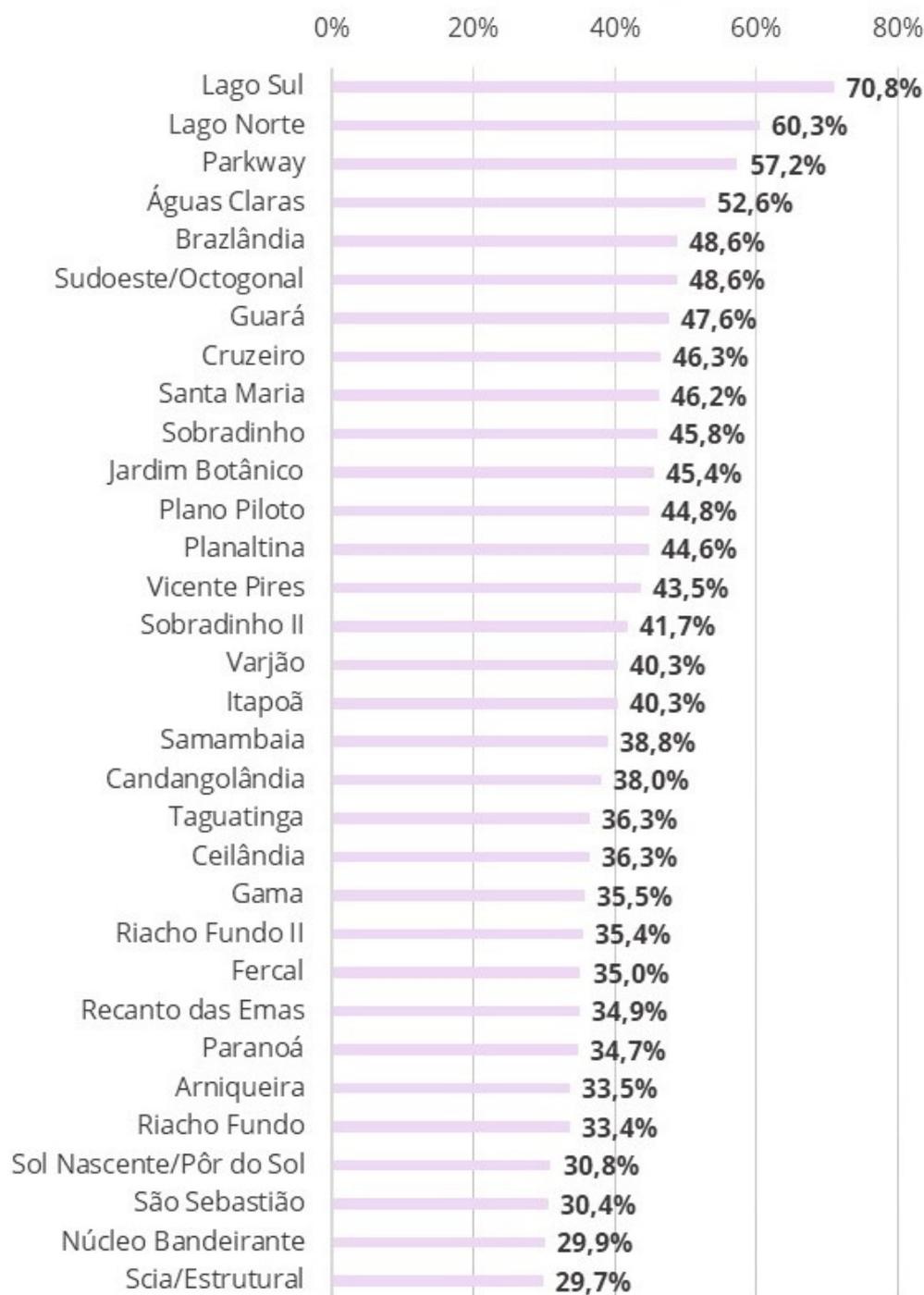
No Distrito Federal, 40,1% dos jovens estão frequentando uma instituição formal de ensino (escola e faculdade). Essa proporção apresentou variação expressiva ao se considerar os diferentes grupos etários e, também, houve diferenças significativas entre as regiões administrativas e os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

De acordo com Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013, o ensino é obrigatório e gratuito para todos os jovens de até 18 anos de idade. No DF, 93% dos jovens entre 15 a 17 anos estavam frequentando alguma instituição de ensino no momento da pesquisa. No grupo de 18-24 anos, faixa etária em que se espera que os jovens frequentem a universidade, essa proporção é 37,2%, enquanto, entre jovens de 25-29 anos, é de 13,8%.

As RAs com os maiores percentuais de jovens que frequentavam formalmente uma instituição de ensino são o Lago Sul (70,8%) e o Lago Norte (60,3%). Já o Núcleo Bandeirante (29,9%) e Scia/Estrutural (29,7%) foram as RAs que apresentaram os menores percentuais.

[15] Símbolo “-” indica os valores que não foram estatisticamente representativos para a população e, portanto, não estão reportados na tabela.

Gráfico 9 - Proporção de jovens que frequentam a escola ou universidade por regiões administrativas. Distrito Federal, 2021.

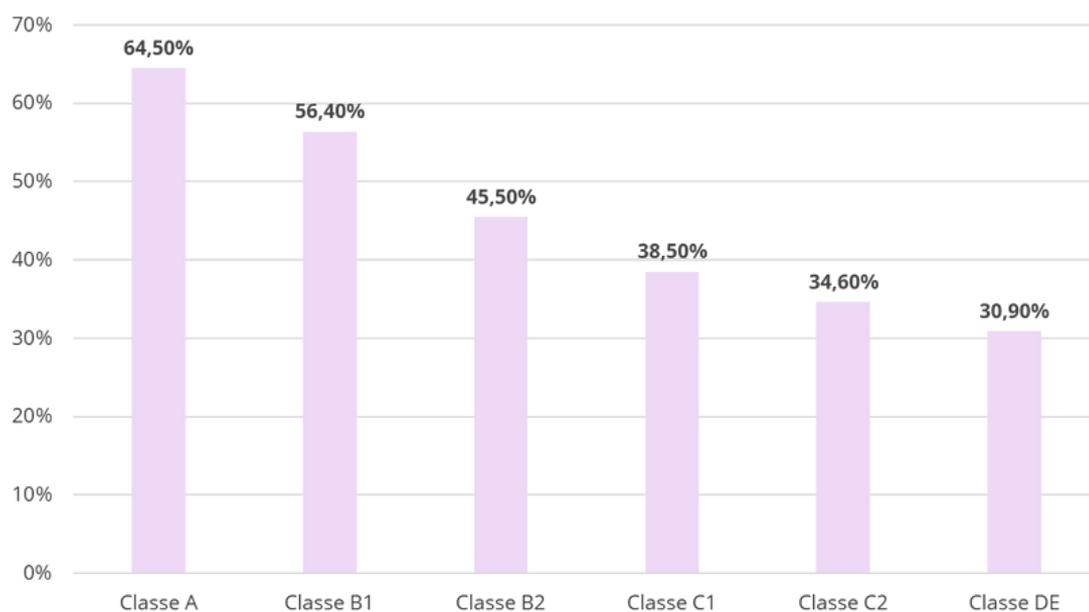


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021.

Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por Critério Brasil indica que é na Classe A que se observa a maior proporção de jovens que frequentam instituição formal de ensino (64,5%), sendo essa porcentagem decrescente à medida que se observam os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais baixa.

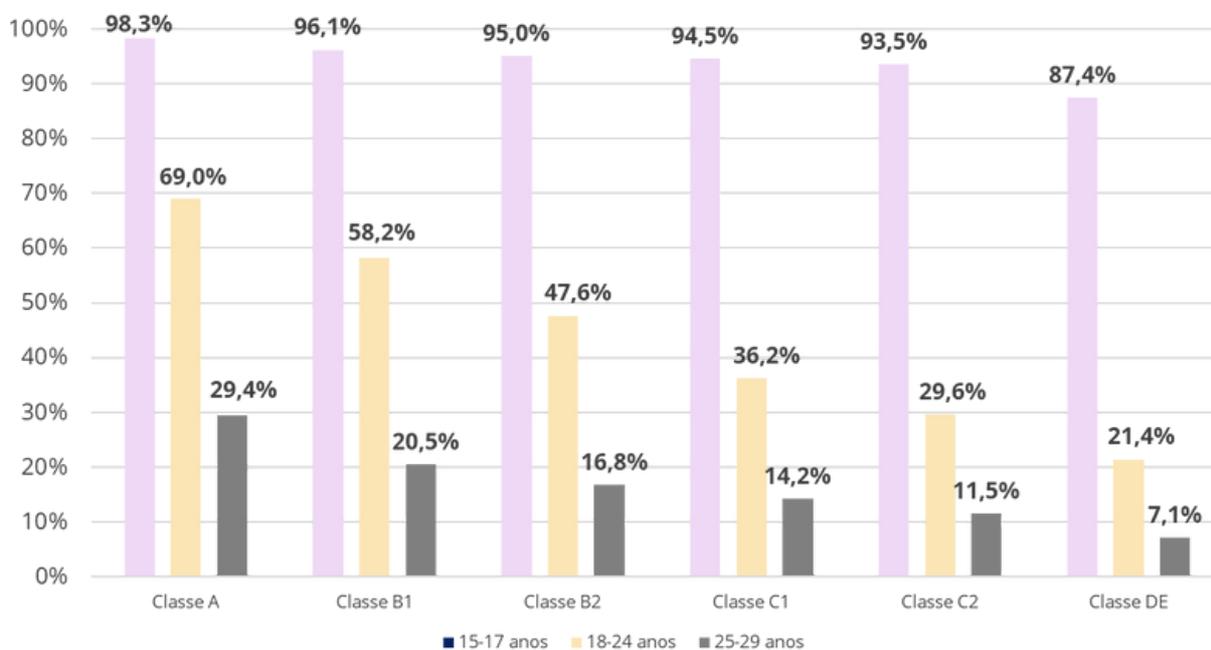
Gráfico 10 - Proporção de jovens que frequentam a escola ou universidade por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por faixa etária leva às mesmas conclusões, como pode ser observado no Gráfico 11. As maiores diferenças entre a proporção de jovens que estudam por estrato socioeconômico do critério Brasil se dão nas faixas 18-24 e 25-29, grupos etários para os quais o ensino deixa de ser obrigatório e gratuito.

Gráfico 11 - Proporção de jovens que frequentam a escola ou universidade por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



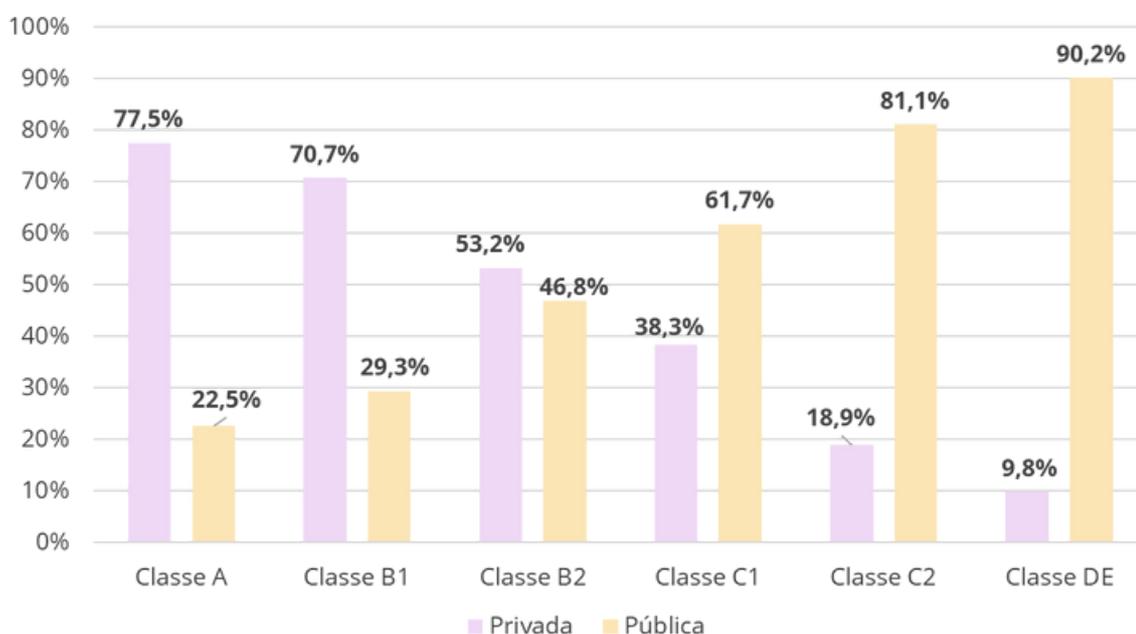
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Dependência administrativa da instituição

Entre os jovens que estudam na rede formal de ensino, 60,3% frequentam instituições de ensino públicas; e 39,7%, instituições de ensino privadas. Essas proporções variam conforme os grupos etários. Entre a faixa etária em que o ensino é obrigatório e gratuito para todos os jovens (15-17 anos), observa-se maior proporção de jovens estudando no ensino público (79,5%). Na faixa etária programada para que o jovem esteja na universidade (18-24 anos), essa proporção é de 50,7% e, no grupo etário de 25-29 anos, de 35,7%.

Essa distribuição dos jovens matriculados na rede formal de ensino por dependência administrativa da instituição tem diferenças significativas por renda (Critério Brasil) e por Região Administrativa. É na classe A que se observa o maior percentual de jovens frequentando instituições de ensino privadas (77,5%), sendo o menor observado na classe DE (9,8%). A análise por RA aponta que o Lago Sul (90,8%), o Sudoeste/Octogonal (82,4%) e Águas Claras (82,2%) são as localidades com maiores proporções de jovens que estudam em instituições privadas, enquanto as menores são encontradas em Scia/Estrutural (9,5%), Paranoá (14%) e Sol Nascente/Pôr do Sol (15,8%).

Gráfico 12 - Distribuição de jovens que frequentam instituição de ensino por dependência administrativa e estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

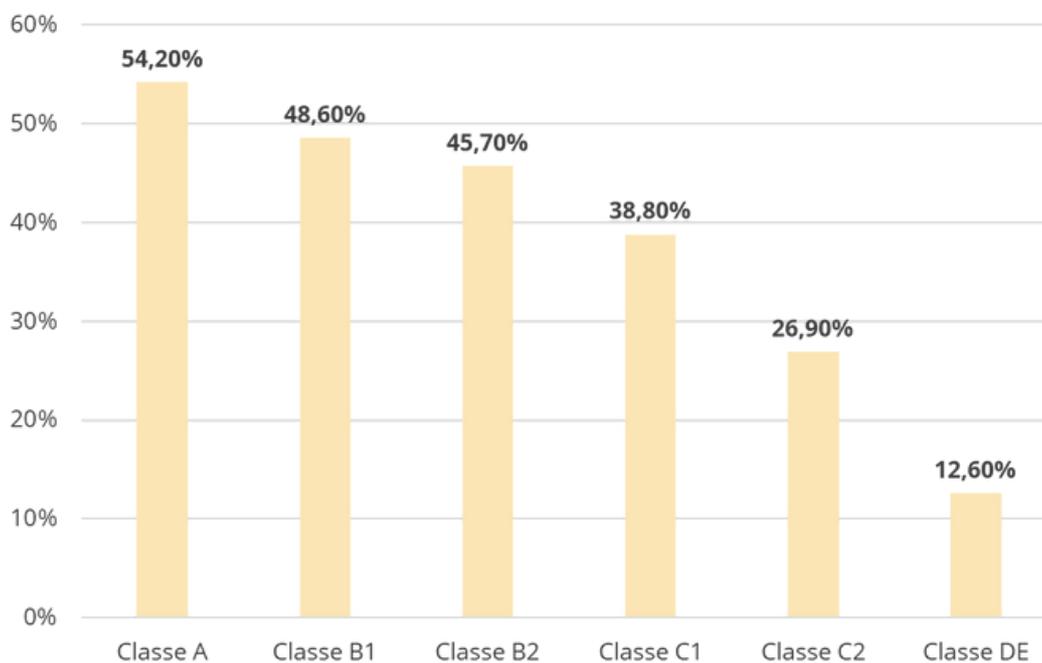
Etapa de ensino

Os jovens que frequentam escolas ou universidades do Distrito Federal estão distribuídos da seguinte forma: Alfabetização de Jovens e Adultos (1,4%); Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Ensino Fundamental (1,9%); Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Ensino Médio (2,1%); Ensino Fundamental - Anos Iniciais (2,2%); Ensino Fundamental - Anos Finais (9,9%); Ensino Médio (41,9%) e Ensino Superior (36,1%).

Entre 15 e 17 anos, 70,4% estão no Ensino Médio; 20,8% nos anos finais do Ensino Fundamental e 4,2% nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Na faixa de 18-24 anos, a maior parcela de jovens se encontra no Ensino Superior (63,9%), seguido por Ensino Médio (22%) e EJA- Ensino Médio (3,8%). Já no grupo de jovens entre 25-29 anos, 72% estão no Ensino Superior; 5,10% no Ensino Médio e 3,7% no EJA- Ensino Médio. Os resultados dos grupos em pós-graduação (mestrado e doutorado) não foram estatisticamente representativos para a população jovem.

A análise da etapa de ensino por Critério Brasil indica que 54,2% dos jovens da classe A frequentam o Ensino Superior, sendo essa proporção decrescente à medida que se observam os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais baixa.

Gráfico 13 - Proporção de jovens que cursam Ensino Superior de ensino por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.

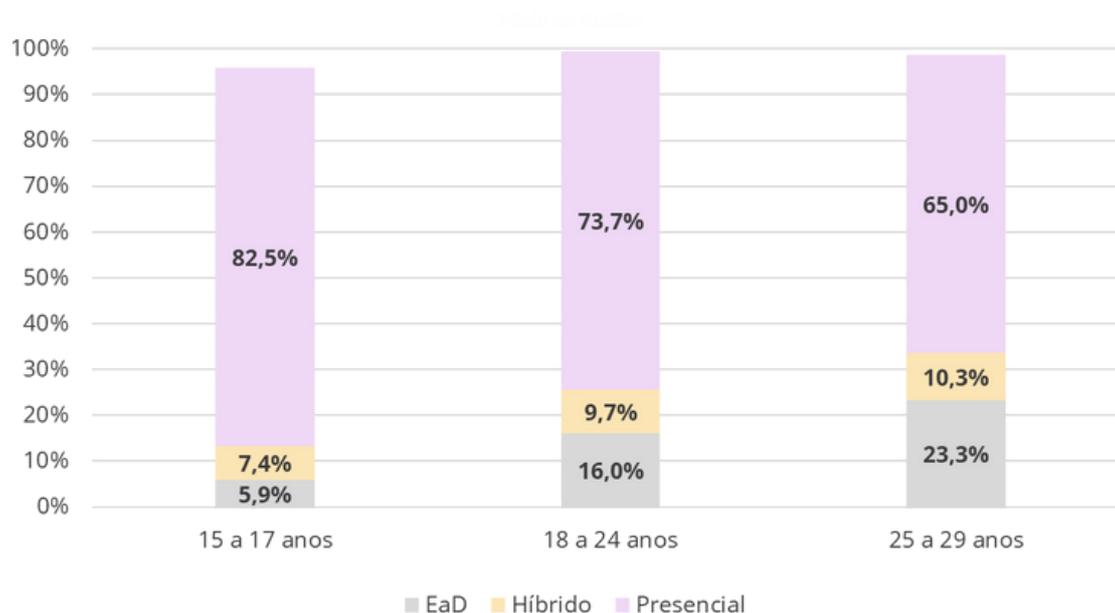


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Modalidade de ensino

Quanto à modalidade de ensino dos que frequentam ensino formal, os jovens do DF se distribuem da seguinte forma: presencial (76,68%); ensino à distância (EAD) (12,29%) e híbrido (8,74%). Entre 15-17 anos é a faixa etária em que se observa a maior participação do ensino presencial entre as modalidades de ensino (82,5%), e a menor participação dessa modalidade é observada entre 25-29 anos (65%). Conforme pode ser observado no Gráfico 14, a participação das modalidades EAD e híbrido é maior nos grupos etários de 18-24 e 25-29, enquanto o inverso ocorre na modalidade presencial.

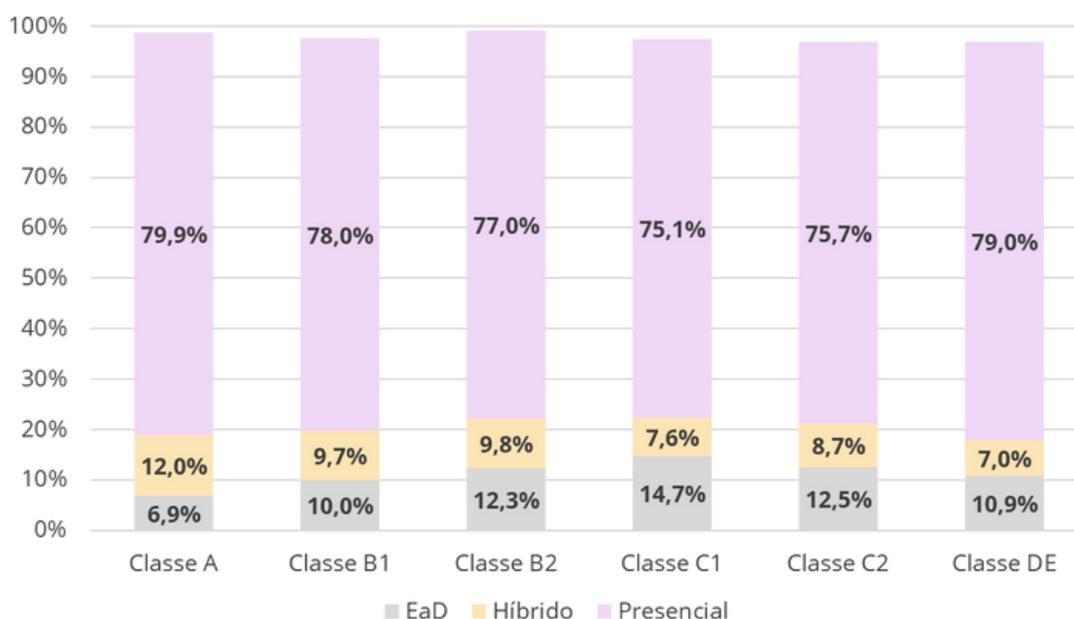
Gráfico 14 - Modalidade de ensino de jovens que frequentam o ensino formal por grupos etários. Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise da distribuição de modalidade de ensino frequentada por renda domiciliar indica algumas diferenças entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 15 - Modalidade de ensino de jovens que frequentam o ensino formal por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

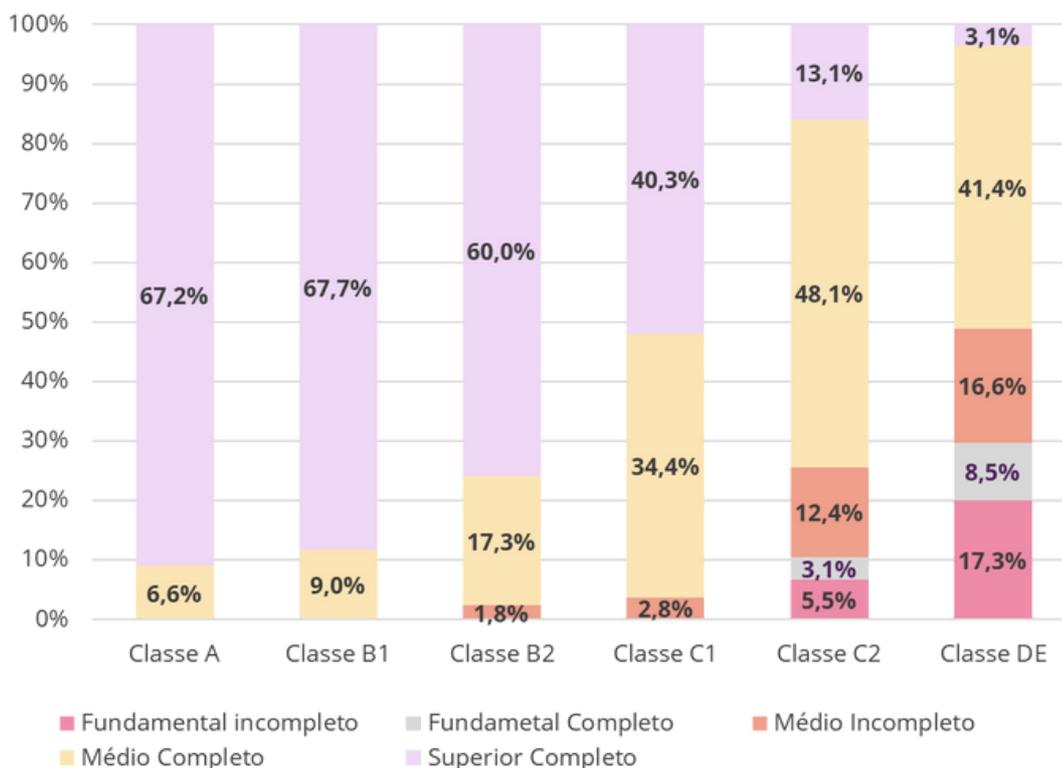
3.2.2 Escolaridade para jovens de 25 a 29 anos

A análise no nível de escolaridade foi feita apenas para jovens entre 25 a 29 anos, os quais se espera que tenham ciclo educacional completo. No Distrito Federal, a porcentagens de jovens nessa faixa etária para cada etapa de escolaridade [16] é de superior completo (33,6%); superior incompleto (15,2%); médio completo (32,4%); médio incompleto (6,9%); fundamental completo (2,7%) e fundamental incompleto (5%).

A distribuição por nível de escolaridade tem especificidades relevantes por classes do Critério Brasil. Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, nos estratos socioeconômicos de maior renda média domiciliar, há um maior percentual de jovens entre 25-29 anos com ensino superior completo. Na Classe A, esse percentual é de 67,2%, e na classe DE, é de apenas 3,1%. O inverso ocorre entre jovens com ensino fundamental completo e com médio completo. As maiores proporções de jovens com esses níveis de escolaridade estão nos estratos socioeconômicos de menor renda média domiciliar.

[16] Considerando a etapa completa, incompleta ou equivalente.

Gráfico 16 - Escolaridade de jovens entre 25 e 29 anos por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

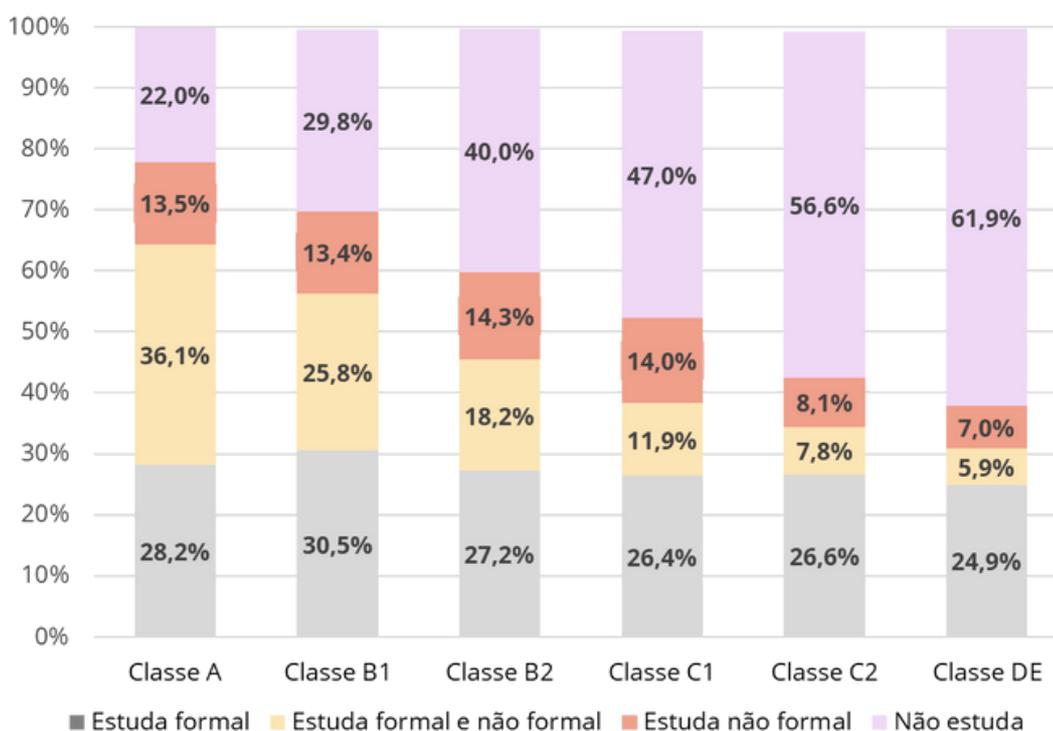
3.2.3 Jovens que frequentam cursos fora do ensino formal (curso profissionalizante, preparatórios Enem, vestibular e concursos)

Conforme já exposto, considerando apenas o vínculo formal com a instituição de ensino (escola e faculdade), 40,1% dos jovens do DF estudavam no momento da pesquisa. No entanto, um diferencial desse relatório é também levar em conta o estudo não formal, ou seja, aquele em que o jovem não tem um vínculo com a rede de ensino formal, como ocorre nos cursos profissionalizantes e preparatórios para vestibulares, Enem e concursos.

Segundo os dados da PDAD 2021, o percentual de jovens que estudam fora do ensino formal é de 11,2%. Diante disso, ao considerar ensino formal e não formal, 50,3% dos jovens do DF estudavam no momento da pesquisa.

Como pode ser observado no gráfico abaixo, é na classe B2 (14,3%) que apresenta a maior participação de estudo fora da rede de ensino formal entre os jovens desse estrato socioeconômico. Já na classe A (36,1%), se observa a maior proporção de jovens que estudam tanto no ensino formal como no não formal. Já a menor participação do estudo não formal se dá entre jovens da classe DE.

Gráfico 17 - Proporção de jovens que estudam (formal e/ou não formal) e não estudam por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.

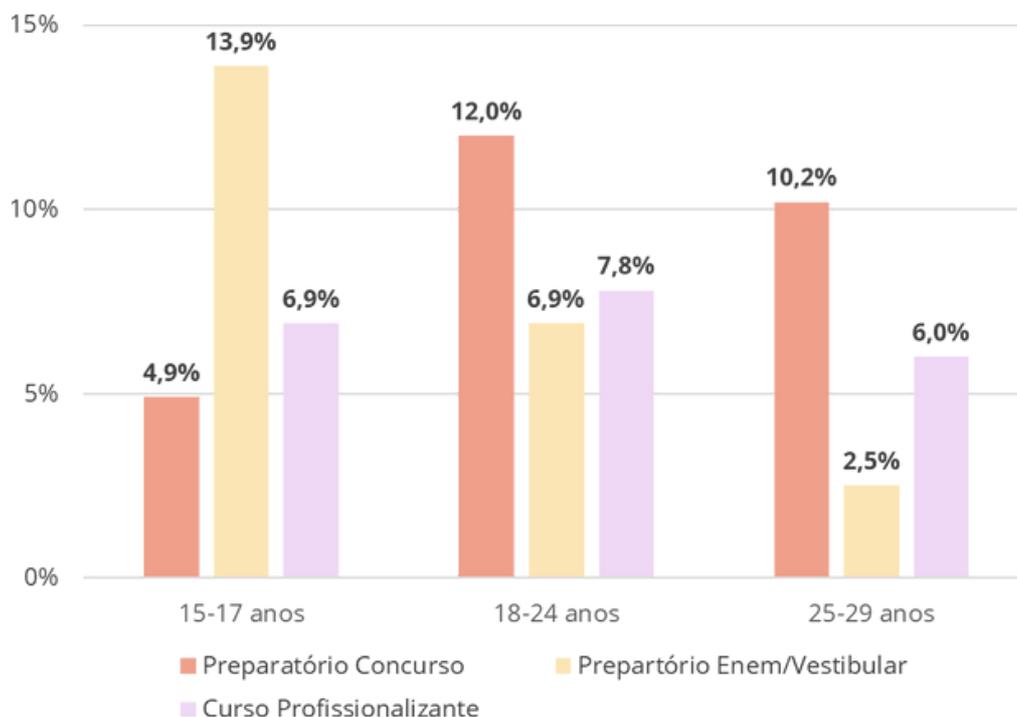


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Considerando os jovens que estudam somente fora do ensino formal, 14,4% dos jovens entre 25-29 anos não têm vínculo formal com instituição de ensino. Entre os grupos etários 18-24 e 15-17, esse número é de 13,1% e 1%, respectivamente.

Desagregando por tipo de ensino não formal no Distrito Federal, 7% dos jovens fazem curso profissionalizante; 6,7% estudam em preparatórios para o Enem/vestibulares; e 10% cursam algum preparatório para concursos. O gráfico abaixo ilustra essa mesma análise para os grupos etários do estudo. Conforme esperado, é entre 15 e 17 anos que se observa a maior proporção de jovens que estudam em preparatórios para o Enem/vestibulares (13,9%), enquanto entre 18 e 24 anos ocorre a maior proporção de jovens que estudam em preparatórios para concurso (12%).

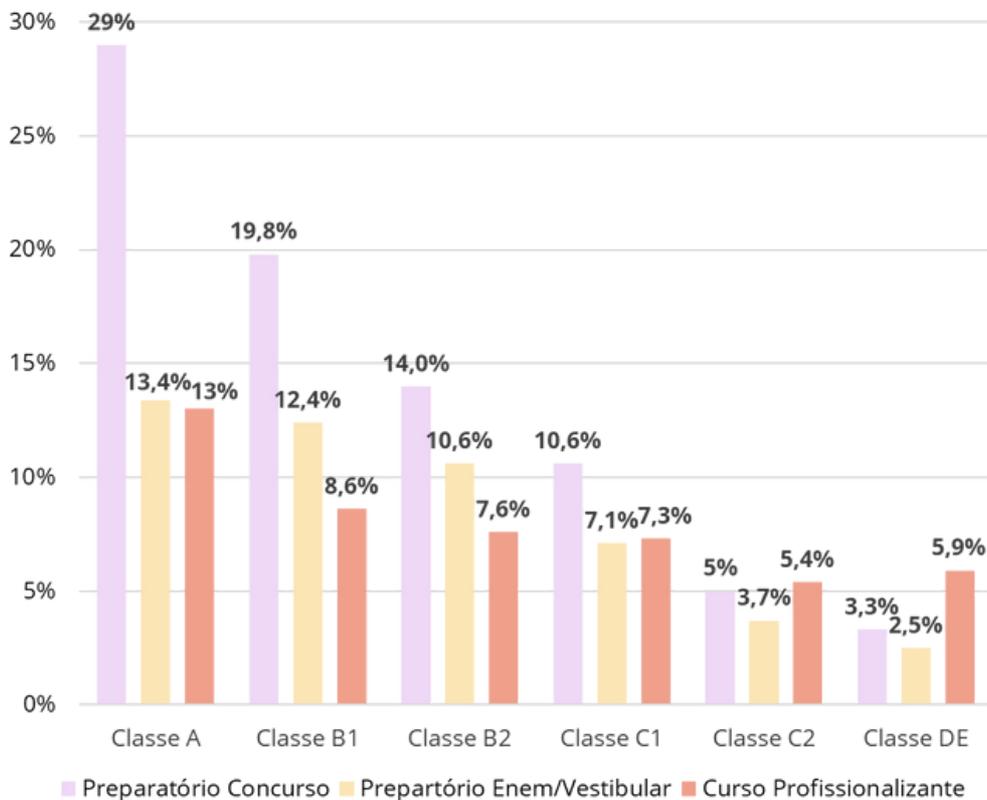
Gráfico 18 - Proporção de jovens que estudam no ensino não formal (curso profissionalizante, preparatórios Enem, vestibular e concursos) por grupos etários. Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil indica que existe uma associação entre renda média domiciliar e o fato de cursar alguma das modalidades de ensino não formal. É na Classe A que se observa a maior proporção de jovens que estudam tanto em cursos profissionalizantes (13%) como em preparatórios para Enem/vestibulares (13,4%) e concursos (29%). Na classe DE, é possível observar as menores proporções para preparatórios para Enem/Vestibulares (2,5%) e para concursos (3,3%). Já na Classe C2, há a menor proporção de jovens que fazem curso profissionalizante (5,4%).

Gráfico 19 - Proporção de jovens que estudam no ensino não formal (Curso Profissionalizante, Preparatórios Enem, Vestibular e Concursos) por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

3.3 MERCADO DE TRABALHO[17]

3.3.1 Situação Ocupacional e Taxa de Desemprego

Também chamada de força de trabalho, a população economicamente ativa (PEA) é a soma de todas as pessoas potencialmente disponíveis para assumir um emprego formal, estejam elas trabalhando (ocupadas) ou desempregadas (desocupadas). A PEA é calculada pelo somatório das pessoas ocupadas, que estão trabalhando, e das desocupadas, que não trabalham, mas procuram emprego.

No Distrito Federal, 42,7% dos jovens estão ocupados; 11,7%, desocupados; e 45,6%, inativos; ou seja, estão fora da força de trabalho (não trabalham e nem procuram emprego) [18].

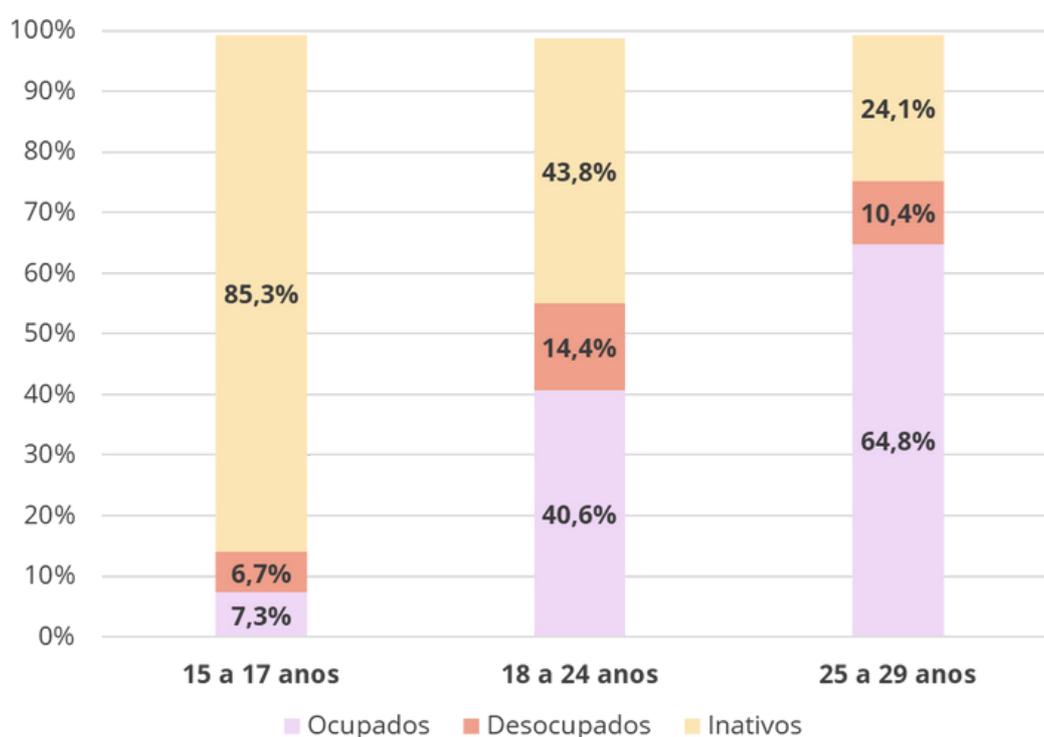
[17] Diferentemente da PNAD Contínua e da PED - DF, as perguntas relativas à ocupação do respondente têm como referência os “últimos 30 dias”. Isso dificulta a comparação da PDAD com essas pesquisas que captam informações sobre o mercado de trabalho para o DF.

[18] Para as demais faixas etárias, 52,4% das pessoas estão ocupadas, 4% desocupadas e 43,6% inativas.

Pelos dados da PDAD 2021, a taxa de desemprego[19] da população jovem é de 21,4%, enquanto da população geral do DF é de 11%.

É entre 15 e 17 anos que se observa a maior taxa de desemprego (48%) e a maior porcentagem de jovens fora da força de trabalho (inativos) (85,30%). Para o grupo etário de jovens entre 18-24 anos, esses valores são de 26,2% e 43,8%, respectivamente. Já para jovens entre 25-29 anos, a taxa de desemprego é a menor observada (13,8%), assim como a proporção de inativos (24,1%).

Gráfico 20 - Proporção de jovens ocupados, desocupados e inativos por grupo etário. Distrito Federal, 2021.

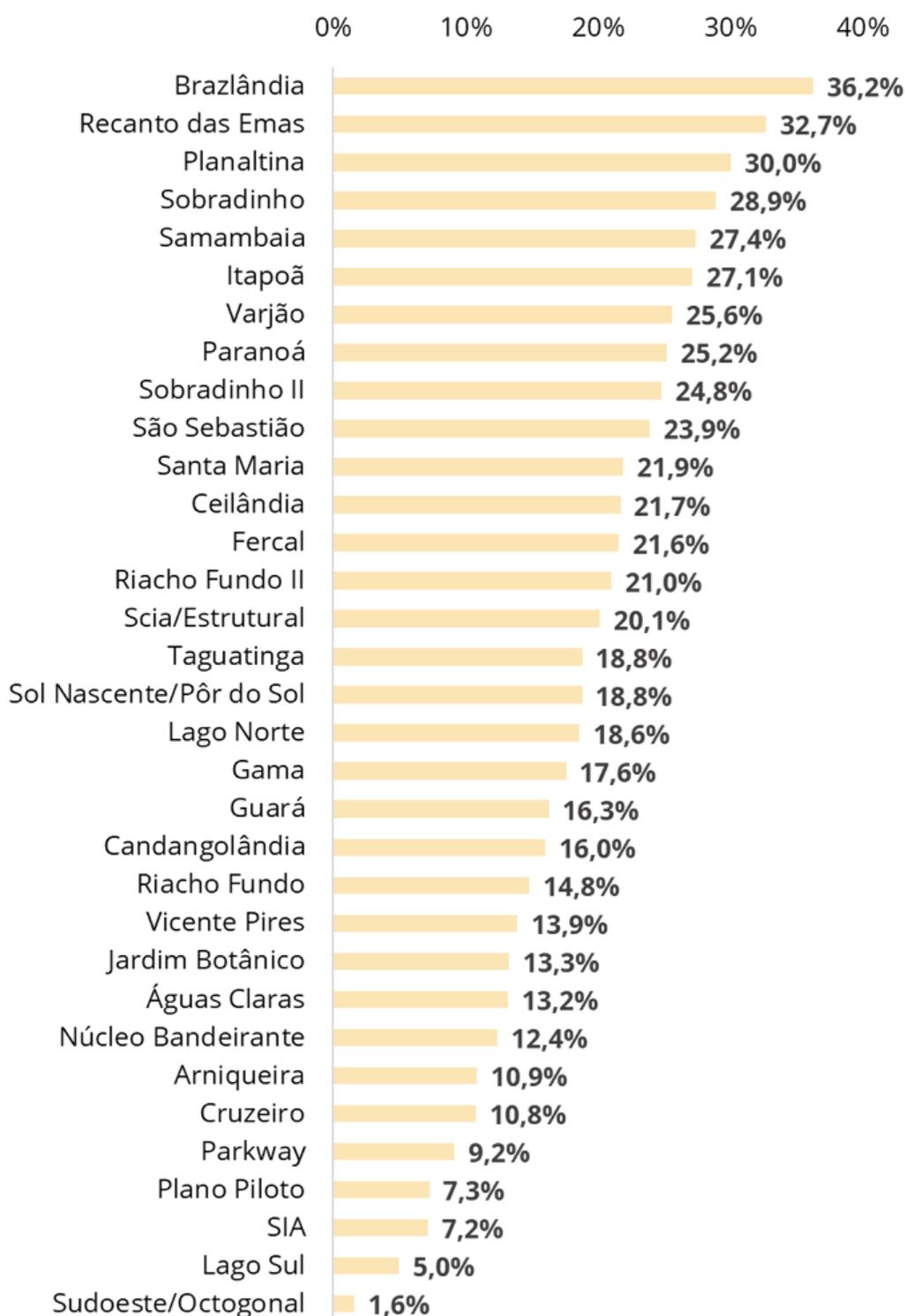


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por região administrativa indica que as RAs com as maiores taxas de desemprego jovem são Brazlândia (36,2%) e Recanto das Emas (37,2%). Já as RAs com as menores taxas, são Lago Sul (5%) e Sudoeste/Octogonal (1,6%).

[19] A taxa de desemprego é calculada como a razão entre número de pessoas desocupadas e a população economicamente ativa (PEA).

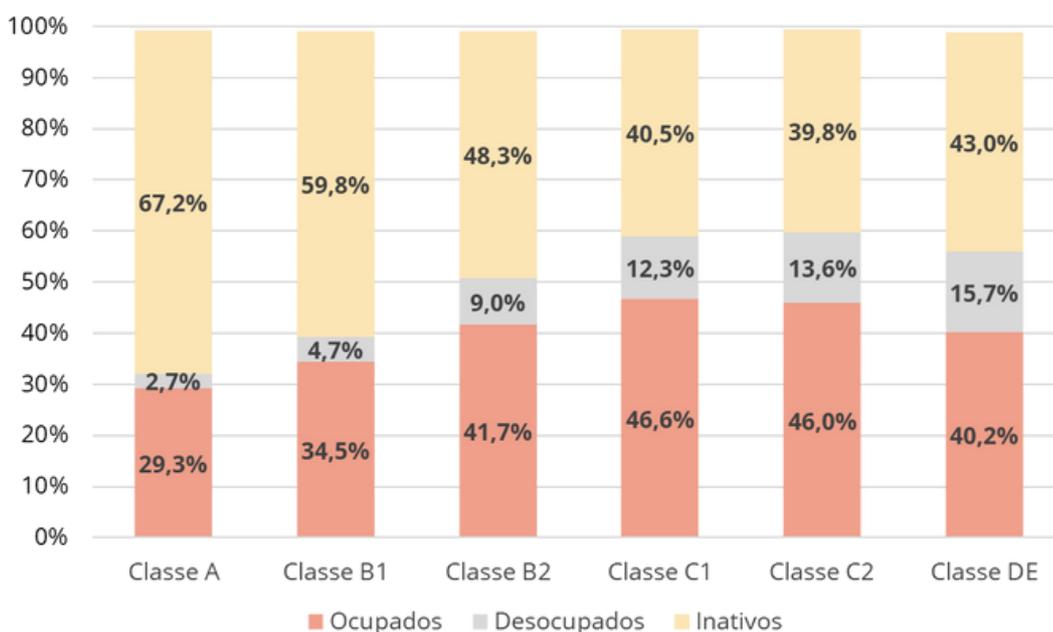
Gráfico 21 - Taxa de desemprego de jovens por regiões administrativas. Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Quanto às classes do Critério Brasil, as maiores taxas de emprego entre os jovens do DF são observadas nos estratos de menor renda média domiciliar. As taxas de desemprego de jovens por estratos socioeconômicos são: Classe DE (28,10%); Classe C2 (22,8%); Classe C1 (20,9%); Classe B2 (12%); e Classe A (8,40%). O gráfico abaixo detalha a situação ocupacional para cada uma das classes.

Gráfico 22 - Proporção de jovens ocupados, desocupados e inativos por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.

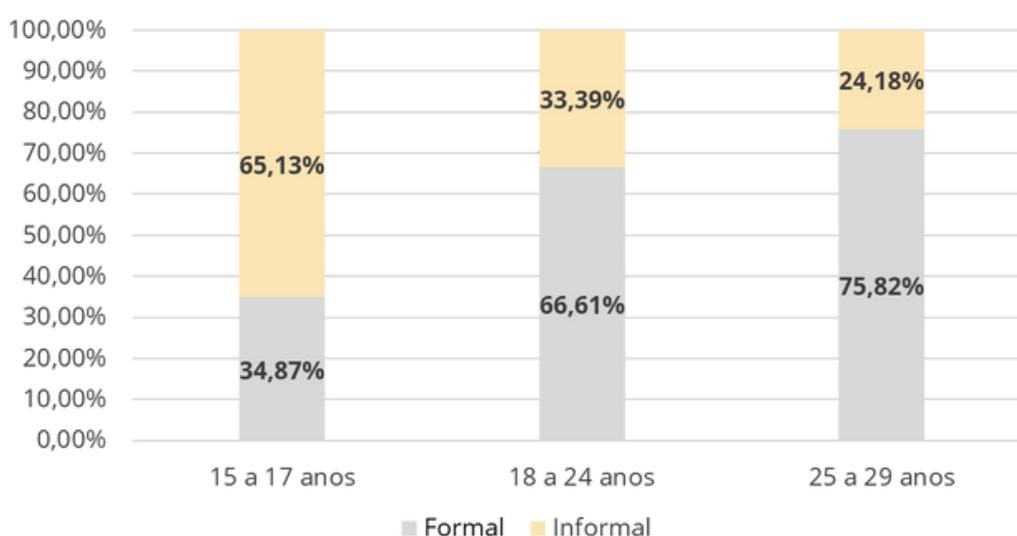


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

3.3.2 Informalidade[20]

Conforme dados da PDAD 2021, dos jovens que trabalham, 70,83% são trabalhadores formais; e 29,17%, informais[21]. A maior proporção de jovens informais está nos grupos entre 15 a 17 anos (65,13%). Entre os jovens de 18 a 24 anos, essa proporção é de 33,39%, e entre jovens de 25 e 29 anos, é de 24,15%.

Gráfico 23 - Proporção de jovens que trabalham (formal e informal) por grupo etário. Distrito Federal, 2021.



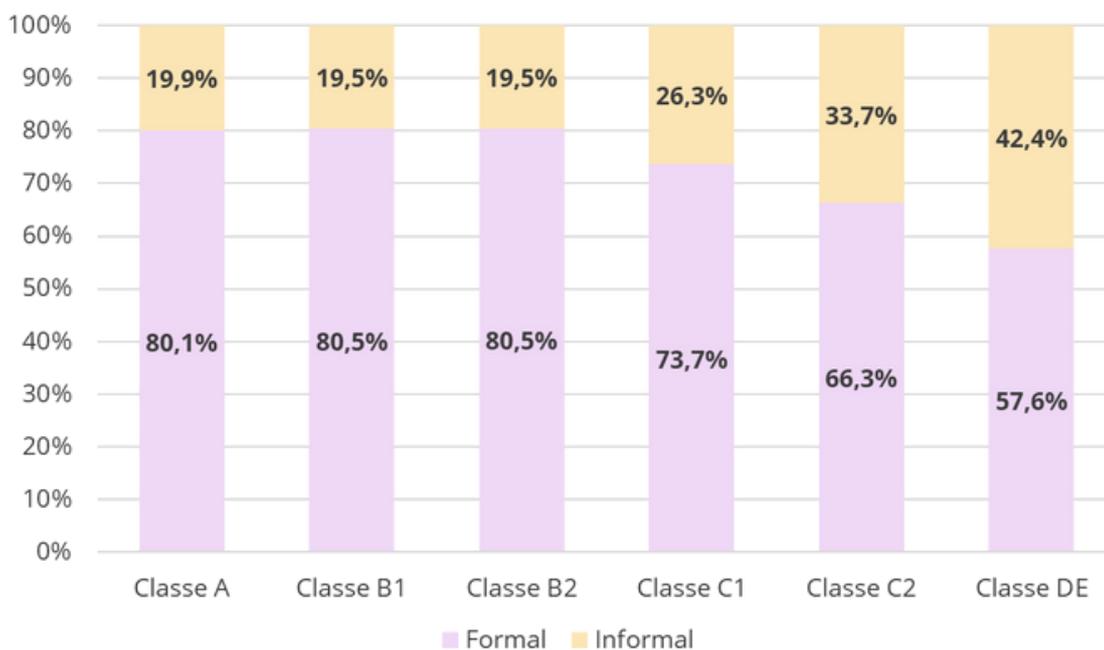
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

[20] “São considerados trabalhadores formais aqueles nas seguintes categorias: empregados, empregados domésticos, militares do Exército, Marinha ou Aeronáutica, policiais militares e civis, bombeiros, empregados temporários, empregados comissionados e religiosos remunerados com carteira de trabalho ou estatutários. Na ausência de carteira de trabalho ou do vínculo estatutário, esses empregados foram considerados informais. Sócios de firmas, autônomos, por conta própria, empregadores, profissionais liberais e chefes de empresa familiar foram considerados formais quando havia CNPJ ou registro de microempreendedor Individual (MEI). Caso contrário, foram considerados informais. Por fim, trabalhadores de empresa familiar não remunerados foram classificados como informais. Esta abordagem é diferente da utilizada na PNADc, o que faz com que os resultados não sejam diretamente comparáveis” (CODEPLAN, 2020a).

[21] 6% dos jovens não apresentaram classificação e foram desconsiderados da análise. Essa proporção inclui tanto quem não soube reportar o vínculo como aprendizes, estagiários e pessoas cumprindo serviço militar obrigatório por não configurarem emprego ou serem vínculos de empregos extraordinários.

A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil indica que é na classe DE que se observa a maior proporção de jovens que trabalham informalmente (42,4%). Nas classes A, B1 e B2, observa-se a menor proporção (19,5%) conforme exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 24 - Proporção de jovens que trabalham (formal e informal) por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.

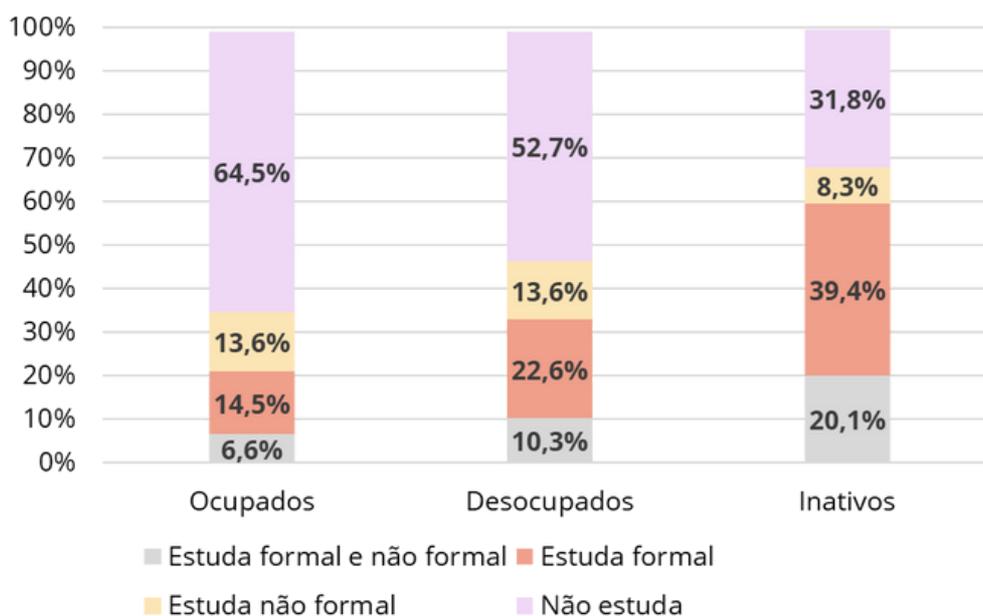


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

3.4 JOVENS NEM-NEM

Diferentemente do estudo Retratos Sociais - Juventude 2018, este trabalho desagregou a categoria jovens que estudam, levando em consideração não apenas o vínculo formal com instituição de ensino, mas também cursos profissionalizantes, preparatórios para o Enem, vestibulares e/ou concursos. Quanto à distribuição dos jovens por situação ocupacional e educacional, 64,5% dos inseridos no mercado de trabalho não estudam. Entre os desocupados, 52,7% não estudam. Já entre os jovens inativos, apenas 31,8% não estudam.

Gráfico 25 - Proporção de jovens que trabalham (formal e informal) por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Como destacado na seção aspectos metodológicos, jovens que estudam fora da rede de ensino formal são incluídos na categoria jovens que estudam e, portanto, não são considerados jovens nem-nem. Por isso, o conceito de nem-nem adotado no estudo inclui os jovens que estão fora do mercado de trabalho e não estudam em instituição formal de ensino (escola e faculdade) ou ainda em alguma modalidade de ensino fora da rede formal (cursos profissionalizantes, preparatórios para Enem, vestibulares e concursos).

Conforme dados da PDAD 2021, a porcentagem de jovens nem-nem que não trabalham e nem estudam, é de 20,8% no Distrito Federal. Como pode ser observado na Tabela 3, 14,6% dos jovens do Distrito Federal são nem-nem inativos, enquanto 6,2% são nem-nem desempregados. Caso fosse levado em conta na categoria jovens que estudam apenas os aqueles com vínculo em instituição formal de ensino, a porcentagem de jovens nem-nem no seria de 26,2%.

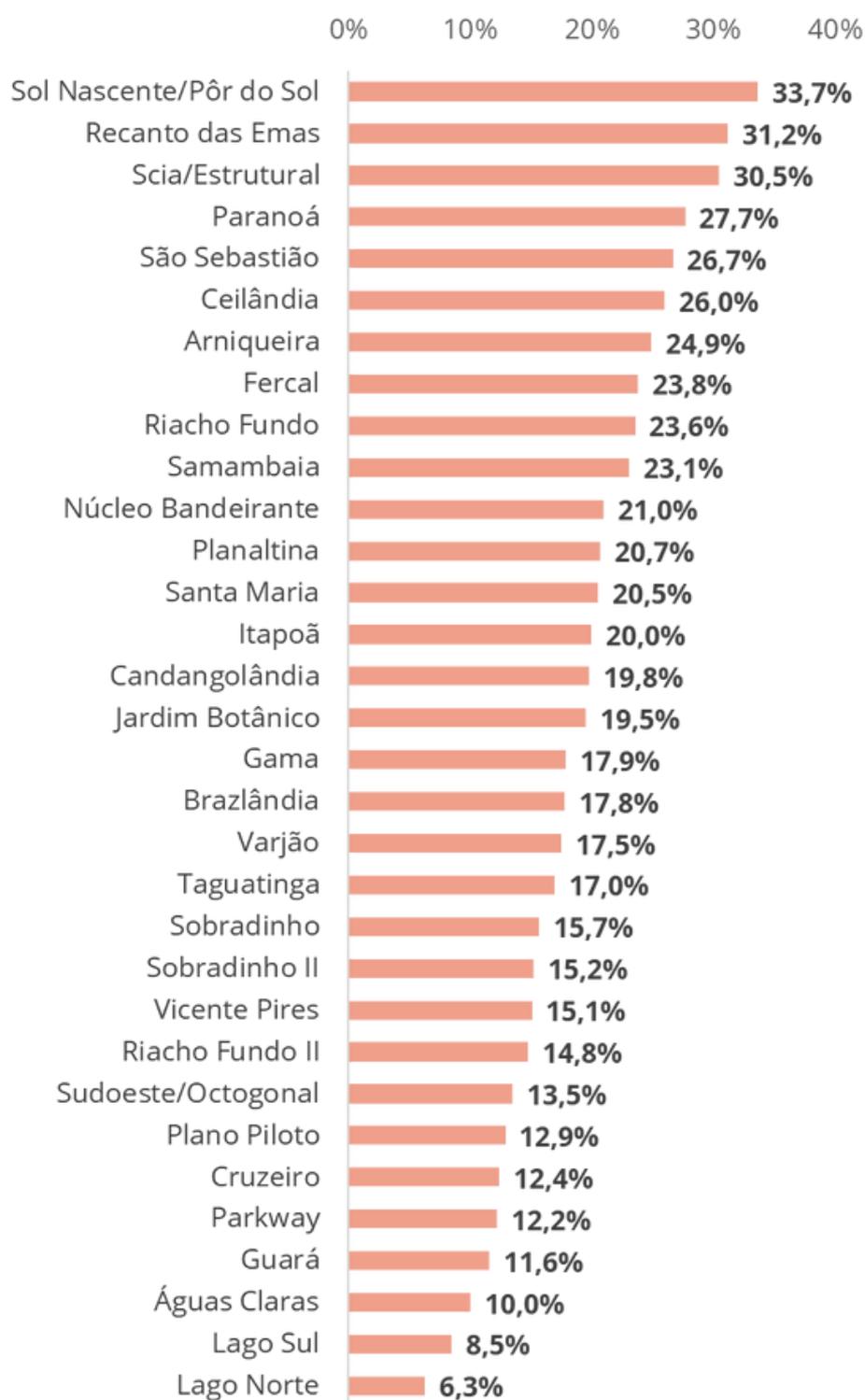
Tabela 3 - Distribuição dos jovens por situação ocupacional e educacional. Distrito Federal, 2021.

Situação ocupacional e educacional	Estuda formal e informal	Estuda formal	Estuda Informal	Não estuda
Ocupados	2,9%	6,2%	5,8%	27,7%
Desocupados	1,2%	2,6%	1,6%	6,2%
Inativos	9,2%	18,1%	3,8%	14,6%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A porcentagem de jovens nem-nem tem variação significativa por grupos etários e regiões administrativas do DF. A maior proporção de jovens nem-nem ocorre na faixa entre 18 e 24 anos (24,9%), seguida pela de 25 a 29 anos (23,7%), sendo a menor proporção observada entre jovens de 15 a 17 anos, visto que, para esse grupo etário, o ensino é gratuito e obrigatório. As RAs que apresentam a maior proporção de jovens nem-nem são: Sol Nascente/Pôr do Sol (33,7%) e Recanto das Emas (31,2%). Já as que têm as menores são: Lago Norte (6,3%) e Lago Sul (8,5%).

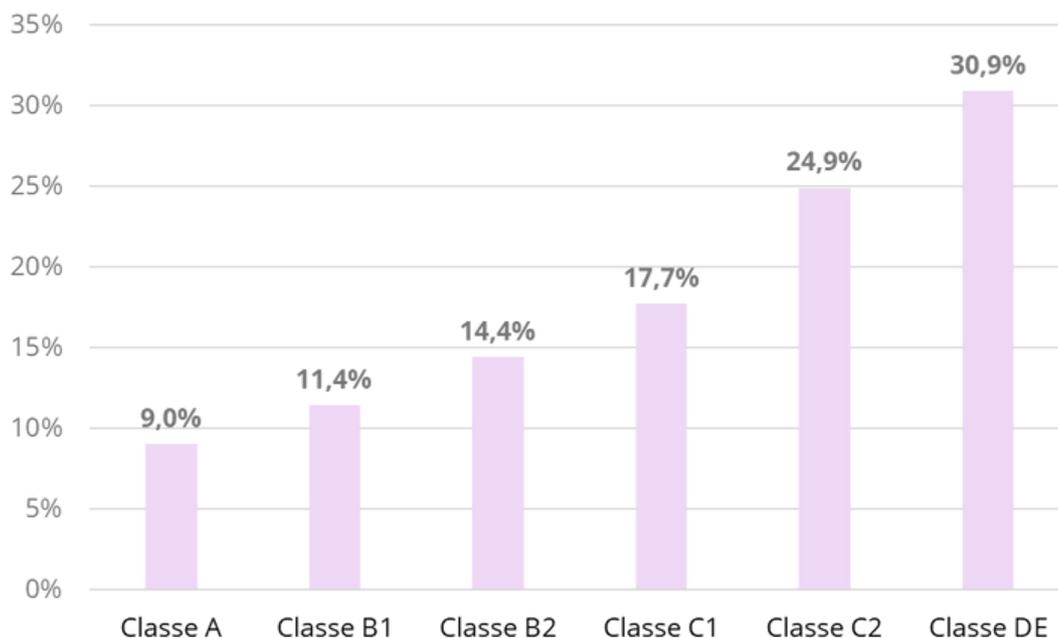
Gráfico 26 - Proporção de jovens nem-nem por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A análise por Critério Brasil indica que 30,9% dos jovens na Classe DE são nem-nem, sendo essa proporção decrescente à medida que se observam os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais alta.

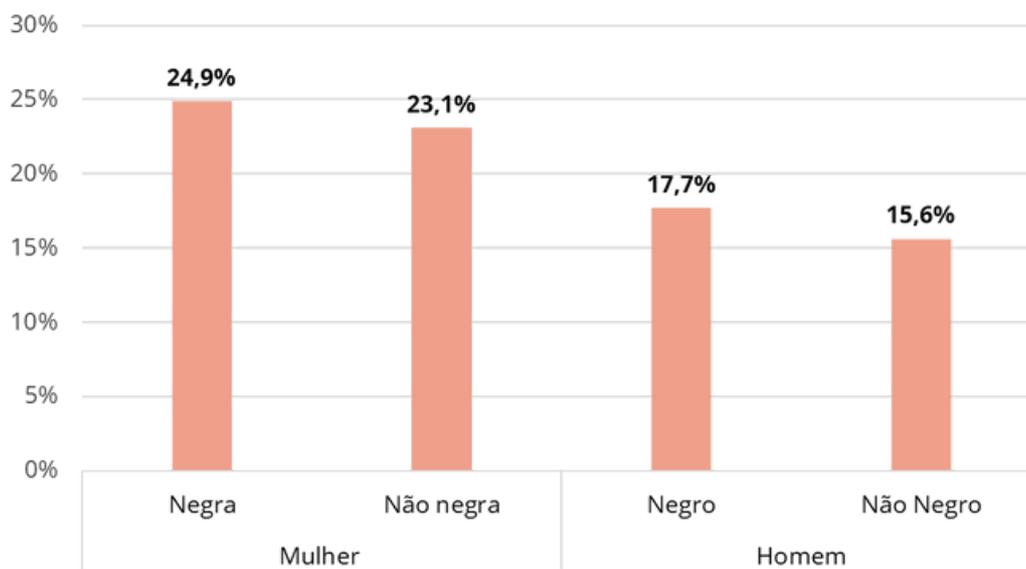
Gráfico 27 - Proporção de jovens nem-nem por estrato socioeconômico (Classes de Renda - Critério Brasil). Distrito Federal, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

A desagregação por gênero e raça permite observar certas diferenças relevantes. Enquanto 24,9% das jovens negras são nem-nem, apenas 15,6% dos jovens não negros não trabalham e nem estudam.

**Gráfico 28 - Proporção de jovens nem-nem por gênero e raça/cor.
Distrito Federal, 2021.**



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

4 . DISCUSSÃO

Este estudo teve como foco apresentar o perfil sociodemográfico da juventude do Distrito Federal e discutir questões sobre educação e mercado de trabalho, aspectos essenciais para entender as causas e consequências de uma proporção significativa de uma população jovem que se encontra fora tanto do sistema de ensino como do mercado de trabalho.

Em 2021, cerca de 20% dos jovens não estudavam nem trabalhavam no DF. A problemática dos jovens nem-nem está intimamente vinculada aos desafios da transição entre a infância e a idade adulta no ciclo de vida (NERI, 2019). Como destacado anteriormente, a transição da escola para o mercado de trabalho é um processo não linear, não imediato e não homogêneo para os jovens, pois existem especificidades relevantes de gênero e de raça/cor.

A nomenclatura nem-nem usada para designar esses jovens vem do termo em inglês *Not in education, employment or training* (NEET). Esse conceito foi usado pela primeira vez no Reino Unido, na década de 1990, para se referir a jovens a partir dos 18 anos desengajados e excluídos socialmente, passando a ser amplamente usado na Europa no monitoramento das vulnerabilidades da juventude nos anos seguintes (FEIJÓ, 2015; MAGUIRE, 2017).

Atualmente, o termo é aplicado a um grupo muito mais amplo de jovens e, de modo geral, refere-se a jovens que não estão estudando e nem participam do mercado de trabalho. Na América Latina, a categoria ganhou mais destaque a partir dos anos 2000 e, apesar da grande heterogeneidade de jovens nem-nem entre os países latino-americanos, observa-se certa convergência no fato de serem, majoritariamente, de zonas rurais, mulheres e com baixo nível de escolaridade (SOUZA e ANDRADE, 2019).

No Brasil, conforme destacado por Camarano e Kanso (2012) e Cardoso (2013), desde 2001 questões relativas à transição para a vida adulta e jovens nem-nem têm espaço nas publicações acadêmicas. No entanto, é com a crise de 2008 que a problemática nem-nem, em especial, a inserção do jovem no mercado de trabalho, ganhou maior relevância na literatura.

A condição nem-nem pode ser entendida a partir de seus dois principais determinantes: contexto de inserção social, como a família, o mercado de trabalho e o sistema escolar; e trajetória individual de cada jovem. Diferentemente da Europa, onde a condição nem-nem tem um forte componente geracional, no Brasil observa-se uma maior proporção de jovens nem-nem em famílias de baixa renda (CARDOSO, 2013). Logo, questões sociais e relativas a desigualdades e vulnerabilidades têm especial relevância.

As razões para um jovem se tornar nem-nem são variadas. Barreiras de entrada no mercado de trabalho com elevadas taxas de desemprego; falta de qualificação profissional; problemas psicossociais[22] e desinteresse pela escola e pelo mercado de trabalho, são algumas delas (HENDERSON *et. al*, 2017). Camarano e Kanso (2012) também destacam que os jovens deixam de procurar emprego devido ao desalento; param de estudar por falta de renda e/ou de perspectivas futuras. No entanto, ressaltam que alguns jovens podem estar na condição nem-nem pelo fato de estarem inseridos em uma família que os sustenta até que consigam um trabalho satisfatório.

O fato é que a condição nem-nem é um mecanismo gerador da exclusão e da desigualdade a longo prazo (CARDOSO, 2013). Além de estar associada a vários impactos econômicos, sociais e de saúde negativos, constituindo um custo econômico e social tanto para o indivíduo como para a sociedade (ALLEN, 2014).

Entre os custos econômicos, a literatura destaca as perdas permanentes na formação de capital humano, gerando, conseqüentemente, a redução da produtividade e do crescimento econômico; a piora das perspectivas educacionais e laborais no futuro; o desgaste de habilidades; a redução da empregabilidade e dos salários; a persistência do desemprego e o maior risco de pobreza. Os custos sociais e de saúde incluem danos de longo prazo na autoestima; risco de auto exclusão e exclusão social; taxas mais altas de problemas de saúde mental e vícios; maiores chances de envolvimento com crimes e violência além da maior probabilidade de gravidez na adolescência (BALAN, 2016; HENDERSON *et. al*, 2017; SHIRASU e ARRAES, 2020).

[22] Doenças e transtornos psicossociais: depressão, reação aguda ao stress, ansiedade generalizada, transtorno do pânico, transtorno misto ansioso e depressivo, transtorno obsessivo-compulsivo, fobias sociais, fobias específicas, transtorno bipolar do humor e agorafobia.

Como destacado pela Eurofund (2012), a categoria nem-nem é bastante heterogênea com características próprias e níveis diferentes de vulnerabilidade e, quanto maior essa vulnerabilidade, maior é sua exposição a riscos sociais como desemprego, pobreza e doenças (JACCOUD, HADJAB e ROCHET, 2019).

Por apresentarem diferentes graus de vulnerabilidade, esse estudo optou por considerar nem-nem tanto o jovem que não estuda inativo como o desocupado. Muitos estudos nacionais focam suas análises em inatividade por assumirem que essa condição é mais grave do que a desocupação e por entenderem que o jovem desocupado já teria feito a opção pelo mercado de trabalho. Este trabalho adota o conceito internacional de nem-nem, pois aceita a hipótese de que a inatividade pode ser uma opção e a desocupação reflete aspectos importantes relativos ao mercado de trabalho e vulnerabilidade e, portanto, também deve ser considerada na análise.

Outra escolha metodológica que teve impacto relevante nos resultados encontrados foi optar por enquadrar na categoria jovens que estudam, tanto aqueles que possuem vínculo com instituição de ensino (escola e faculdade), como os que estudam fora da rede formal (cursos profissionalizantes, preparatório para Enem, vestibulares e concursos). Como eles também estão em treinamento, se optou por não classificá-los como nem-nem.

A exclusão de jovens que estudam fora da rede formal de ensino da categoria nem-nem busca superar uma limitação encontrada nos estudos nacionais sobre o tema. Silva e Vaz (2021), por exemplo, reconhecem a necessidade de considerar outras formas de ensino, como cursos de qualificação e pré-vestibular, além da educação formal como estudo. Porém, não o fazem porque a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) prioriza a captação da educação formal[23]. Diferentemente da PNAD Contínua, a PDAD 2021 consegue captar em seu questionário principal informações relativas ao ensino fora da rede formal, sendo, portanto, possível considerá-las na análise.

Por ter como foco a análise dos jovens nem-nem, tornou-se essencial discutir neste estudo aspectos relativos à educação e ao mercado de trabalho. Optou-se por apresentar os resultados desses aspectos separados para obter indicadores desagregados por grupos etários e estratos socioeconômicos (Classes de Renda - Critério Brasil) e, por fim, analisar esses dois aspectos conjuntamente na seção dedicada aos jovens nem-nem.

[23] As informações sobre estudo fora da rede de ensino formal não consta no questionário principal da pesquisa, sendo captada apenas por suplemento especial.

Como já exposto no relatório, 40,1% dos jovens estavam frequentando uma instituição formal de ensino (escola e faculdade) no momento da pesquisa, proporção que apresentou diferenças significativas entre os grupos etários, regiões administrativas e estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Levando em conta também ensino fora da rede formal (11,2%), 50,3% dos jovens do DF estavam estudando.

A desagregação por ensino não formal mostrou que 7% dos jovens do Distrito Federal fazem curso profissionalizante; 6,7% estudam em preparatórios para o Enem/vestibulares; e 10% cursam algum preparatório para concursos. Caso daqueles que estudam fora do ensino formal fossem desconsiderados da categoria jovens que estudam, o percentual de jovens nem-nem do DF seria de 26,2%, ou seja 5,4 acima do percentual relativo ao conceito adotado.

Cabello *et al.* (2022) destacam que a oferta de educação profissional, científica e tecnológica em nível médio e de formação continuada segue o perfil produtivo do DF, ou seja, a maior parte dos cursos são voltados para setores com maior estoque de trabalhadores: comércio; atividades administrativas e serviços complementares; serviços ligados à saúde humana e serviços sociais. Além disso, observa-se uma parcela significativa de jovens cursando algum tipo de preparatório para concurso, o que pode ser justificado pela maior preponderância do setor público no Distrito Federal.

Outro aspecto relevante quanto à educação, deve-se à elevada desigualdade no acesso ao ensino superior no Distrito Federal. Entre os jovens do estrato socioeconômico de menor renda média domiciliar do Critério Brasil (classe DE), apenas 12,6% estavam cursando o ensino superior no momento da pesquisa enquanto, para o estrato de maior renda média domiciliar (classe A), esse percentual é 54,2%. Conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), é possível inferir que a realidade do DF difere da realidade nacional, na qual apenas 6,7% dos jovens com renda domiciliar per capita inferior a um salário mínimo, cursavam ou haviam cursado essa etapa de ensino.

Vasconcelos (2016) destaca que a parcela de jovens que cursam ensino superior no Brasil é baixa, havendo uma maior predominância urbana e classes sociais com maior renda. O acesso a essa etapa de ensino é muito desigual, sendo mais provável para jovens com níveis de renda mais elevados a alcançarem e que os jovens de renda mais baixa tendem a deixar de forma precoce o sistema escolar, não completando os requisitos necessários para o ingresso no ensino superior.

É justamente na juventude que essa fragilidade das trajetórias escolares se intensifica como um problema, pois a busca por autonomia financeira se torna uma questão central na vida do jovem nessa fase e os problemas como falta de experiência, menores remunerações e ocupações precárias se tornam mais recorrentes (FIGUEIREDO; ALMEIDA, 2017).

Quanto ao mercado de trabalho, os resultados encontrados corroboram com a literatura no sentido que a taxa de desemprego da população jovem (21,4%) é maior do que para a população total (11%) do DF. Corseuil et al. (2013) justificou uma maior taxa de desemprego na juventude pelas altas taxas de rotatividade de jovens mesmo no setor formal. Flori (2005) ressaltou que essa tendência de uma taxa de desemprego jovem mais elevada é observada em vários países. Também apontou que, mesmo em períodos de crescimento econômico, observa-se uma resistência à queda desse desemprego e, em contrapartida, sua expansão costuma ser mais elevada do que a geral em períodos recessivos.

Isso ocorre devido ao desemprego jovem ser mais sensível ao ciclo econômico (ZANIN, 2015). As causas para essa maior sensibilidade são variadas na literatura, ainda não havendo consenso estabelecido. Duncsh (2016) destaca o fato de que jovens têm menos estoque de capital humano e menos proteção contra demissão. Corseuil, Poloponsky e Franca (2020) apresentaram resultados que corroboram com a hipótese de que a exigência de contratação dos empresários aumenta em períodos de crise, o que tende a resultar na menor contratação de jovens e, conseqüentemente, na ampliação tanto da duração, como da taxa de desemprego jovem.

Outro aspecto de especial relevância é a elevada proporção de jovens que trabalham na informalidade no DF. Como já apresentado, dos jovens que trabalham, 29,17% não tinham vínculos formais de emprego. Cabello et al. (2022) ressaltam que a busca por empregos informais é mais uma das desigualdades que marcam a transição da escola para o mercado de trabalho. Muitos jovens, motivados pela necessidade de renda imediata para sobrevivência, interrompem precocemente os estudos e aderem a empregos informais como uma forma de aumentar sua remuneração.

Essa alta participação do emprego informal é preocupante, pois direitos trabalhistas não são assegurados nesse tipo de vínculo. Na juventude, esse tipo de vínculo é ainda mais problemático. Trabalhos informais são a principal porta de entrada para o mercado de trabalho para jovens, sendo justamente a informalidade no início da carreira um fator que pode comprometer toda a trajetória profissional. Além do fato de que ocupar um posto informal no início da trajetória impacta negativamente a taxa de crescimento dos salários no futuro, é notável certa dificuldade de transição para mercado formal após breve passagem pela informalidade (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Como já exposto, essa participação da informalidade para os jovens que trabalham tem desigualdades importantes entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil. É na classe DE que se observa a maior proporção de jovens trabalhando na informalidade (40%). Na Classe DE, ocorre também a maior proporção de jovens nem-nem (30,9%), sendo essa porcentagem decrescente à medida que se observam os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais alta.

Além das desigualdades relativas aos estratos do Critério Brasil entre jovens nem-nem, duas categorias analíticas se tornam de especial importância: gênero e raça/cor. Ambas são características definidoras das desigualdades sociais no Brasil (SILVA e VAZ, 2021).

A desagregação por gênero e raça dos jovens nem-nem vai em linha do que é encontrado na literatura, no sentido de que a maior proporção de jovens nem-nem pode ser observada entre mulheres negras, entre as quais cerca de 25% não trabalham e não estudam. Já entre homens não negros, apenas 15,6% dos jovens são classificados como nem-nem.

Matijascic e Silva (2014) apontam o racismo estrutural como um elemento que, direta ou indiretamente, tende a produzir efeitos proporcionalmente desfavoráveis a grupos mais vulneráveis. Silva e Vaz (2021) também destacam que ser negro, assim como ser mulher, especialmente com filhos, aumenta expressivamente a chance de um jovem se tornar nem-nem.

Já as razões pelas quais existe essa marcante diferença entre a proporção de homens e mulheres na condição nem-nem pode ser resultado de questões culturais, discriminatórias e da divisão de gênero desigual e desfavorável, que atribuem a responsabilidade de trabalhos domésticos majoritariamente às mulheres (ARRUDA, 2022; SOUZA e GUEDES, 2016).

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrando a série Retratos Sociais 2021, este estudo teve como principais objetivos: apresentar o perfil sociodemográfico da juventude do Distrito Federal; discutir questões sobre educação e mercado de trabalho, e, por fim, apresentar e discutir dados sobre jovens nem-nem no DF, aqueles que se encontram fora tanto do sistema de ensino (formal e não formal) como do mercado de trabalho. Esta seção se dedica a sumarizar os principais resultados do estudo e apontar políticas públicas voltadas para a inserção do jovem no mercado de trabalho.

O perfil médio do jovem no Distrito Federal é: negro (59,6%), solteiro (82,4%), residente em um domicílio composto por casal com filhos (46%), ocupante da posição filho no domicílio (51,5%). Cerca de 2,3% possuem algum tipo de deficiência. Entre jovens, 5,9% se identificaram como pessoas LGBTQIA+.

Quanto à educação, 40,1% dos jovens do DF estavam estudando na rede formal de ensino (escola e faculdade) no momento da pesquisa. Entre eles, 60,3% frequentavam instituições de ensino públicas. A análise por Critério Brasil revelou que na Classe A que se observa a maior proporção de jovens (64,5%) que estudam na rede de ensino formal, sendo essa proporção decrescente à medida que se observam os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais baixa. Quanto à escolaridade, também se observa elevada desigualdade no acesso ao ensino superior no DF. Entre os jovens de 25-29 anos, para os quais se espera ciclo educacional completo, apenas 3,1% dos jovens da Classe DE concluíram o ensino superior, em contraponto com 67,2% da Classe A.

Um importante diferencial deste estudo foi também levar em conta o estudo não formal, ou seja, aquele que o jovem não apresenta um vínculo com uma instituição formal de ensino (escola e faculdade). No DF, o percentual de jovens que estudam fora do ensino formal é de 11,2%. Desagregando por tipo de estudo não formal, entre jovens, 7% cursam o ensino profissional; 6,7% estudam em preparatórios para o Enem/vestibulares; e 10% cursam algum preparatório para concursos. Diante disso, ao considerar o ensino formal e não formal, 50,3% dos jovens do DF estavam estudando no momento da pesquisa.

Em relação ao mercado de trabalho, os resultados indicam que 42,7% dos jovens estão ocupados, 11,7% desocupados e 45,6% fora da força de trabalho (não trabalham e nem procuram emprego). A taxa de desemprego jovem encontrada foi de 21,45%, 10,45 pontos percentuais acima da taxa de desemprego da população total do Distrito Federal. Entre os jovens que trabalham, 29,17% estavam na informalidade. A análise por estratos socioeconômicos do Critério Brasil indicou que 42,4% dos jovens da Classe DE trabalham na informalidade, sendo essa a maior proporção observada.

Como já destacado, o conceito de nem-nem adotado no estudo incluiu os jovens que estão desempregados ou fora do mercado de trabalho e que não estudam nem na rede formal (escola e faculdade) e nem cursam alguma modalidade de ensino fora da rede formal (cursos profissionalizantes, preparatórios para Enem, vestibulares e concursos). Conforme dados da PDAD 2021, a porcentagem de jovens nem-nem é de 20,8% no Distrito Federal. As desagregações por estrato socioeconômico do Critério Brasil e por gênero e raça/cor revelaram dados importantes. São nem-nem 30,9% dos jovens na Classe DE, sendo essa proporção decrescente à medida que se observa os estratos socioeconômicos de renda média domiciliar mais alta; e 24,9% das jovens negras não trabalham e nem estudam, enquanto apenas 15,6% dos jovens não negros.

Conforme destacado por Silva e Vaz (2021), compreender que os jovens nem-nem são um grupo heterogêneo formado por jovens com diferentes graus de vulnerabilidade é essencial para a formulação de políticas públicas que possibilitem sua reintegração ao mercado de trabalho. A Codeplan (2020b) compilou uma síntese de evidências, elaborada a partir de revisões sistemáticas, sobre tipos de políticas públicas de intervenção voltadas para inserção de jovens no mercado de trabalho. Elas podem ser resumidas em quatro categorias: 1) Treinamento e desenvolvimento de habilidades; 2) Promoção do empreendedorismo; 3) Oferta de serviços de emprego; e 4) Subsídios ao emprego. De modo geral, essas intervenções visam capacitar o jovem para o mercado de trabalho, aumentar a empregabilidade, diminuir as barreiras de entrada no mercado de trabalho formal e impactar positivamente a probabilidade de ocupação e a renda. No entanto, apenas as duas primeiras apresentam impacto significativo sobre renda e empregabilidade.

No Distrito Federal, houve a implementação da Política Distrital de Qualificação Social e Profissional - PDQ (Decreto nº 41.551 de 2 de dezembro de 2020) com o objetivo de articular órgãos e entidades da administração pública locais, do setor privado e da sociedade civil para a promoção da qualificação social, profissional e certificação profissional, visando contribuir para obtenção e permanência no emprego, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação, diminuição da vulnerabilidade das populações, dentre outros. Não houve, até o momento, avaliação dos resultados dessa iniciativa. Quaisquer intervenções adotadas como políticas públicas distritais devem ter seus efeitos e processo de implementação avaliados por meio de estudos específicos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que escolarização, qualificação e crescimento econômico são condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma inserção adequada do jovem no mercado de trabalho. Segundo a organização, esses três aspectos são estruturantes da promoção de trabalho, mas precisam ser combinados com políticas de redução da desigualdade, ações de oferta e demanda no mercado de trabalho e com outras medidas de promoção de trabalho decente. Tais políticas sociais e de mercado de trabalho são fundamentais para a geração de empregos de qualidade para a população jovem (OIT, 2009).

De forma geral, entre os principais objetivos que devem ser considerados na adoção de políticas públicas para inserção do jovem no mercado de trabalho, a OIT destaca: i) assegurar o crescimento econômico sustentado; ii) garantir aos jovens acesso à educação de boa qualidade, bem como assegurar as condições sociais necessárias para suas famílias a fim de que consigam ter uma trajetória educacional completa e de melhor qualidade, alcançando, dessa forma, níveis mais altos de escolaridade; iii) garantir aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais do trabalho; iv) ampliar e fortalecer a proteção dos trabalhadores, em especial, dos jovens na informalidade, conciliando seguridade social com eficiência produtiva e competitividade; v) combater todas as formas de discriminação; e vi) aperfeiçoar o sistema de informação sobre a situação social e de trabalho da juventude, assim como o monitoramento e avaliação de políticas públicas (OIT, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Madilda. Local Action on health inequalities: Reducing the number of young people not in employment, education or training Health Equity Evidence Review 3. **Public Health England**, 2014.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues; ALMEIDA, Jessika Brenner Soares Araújo De. População nem-nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. **Revista de Estudos Sociais**, v. 19, n. 38, p. 106-129, 2017.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**, p. 127-147, 2002.

BARÃO, Marcos; RESEGUE, Mariana; RICARDO, Leal. Atlas das juventudes: Evidências para a transformação das juventudes, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/relatorio/>>.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise** n. 53, Rio de Janeiro: IPEA, nov., 2012.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno crh**, v. 26, p. 293-314, 2013.

CODEPLAN. Mercado de trabalho informal: uma perspectiva comparada do Distrito Federal. Brasília, 2020a.

CODEPLAN. Síntese de evidências: Inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho. Brasília, 2020b.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. et al. A Rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 55, p. 157-173, 2013

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maíra Albuquerque Penna. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. Ipea, 2020.

DUNSCH, Sophie. Okun's Law and youth unemployment in Germany and Poland. **International Journal of Management and Economics**, v. 49, n. 1, p. 34-57, 2016.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS et al. Eurofound: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions-Eurofound, 2009.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS et al. NEETs-Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe, 2012.

FEIJOÓ, María del Carmen. Los ni-ni: una visión mitológica de los jóvenes latinoamericanos. **Tendencias en foco**, v. 30, n. 1, p. 1-20, 2015.

FLORI, Priscilla Matias et al. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, p. 30-60, 2005.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 811-844, 2021.

HENDERSON, Joanna L. et al. Not in employment, education or training: Mental health, substance use, and disengagement in a multi-sectoral sample of service-seeking Canadian youth. **Children and Youth Services Review**, v. 75, p. 138-145, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico2010.html?=&t=resultados>> Acesso em: 29 ago. de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Técnicas: versão 1.7. Ipea: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3nOR80m>>. Acesso em: 24 ago. de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Indicadores. Ipea: Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>>. Acesso em: 27 ago de 2020.

JACCOUD, Luciana.; HADJAB, Patrícia Dario El-Moor; ROCHET, Juliana. A Política de Assistência Social e a Juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? **In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. (org.). Juventude e Políticas sociais no Brasil**, Brasília: Ipea, 2009.

JACCOUD, Luciana; ROCHET, Juliana. A política de Assistência Social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade Social. **Governo Federal**, p. 169, 2009.

KAMAKURA, Wagner; MAZZON, José Afonso. Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. **Revista de administração de empresas**, v. 56, p. 55-70, 2016.

MAGUIRE, Sue. A spotlight in young women who are defined as NEET and economically inactive. **Cuadernos de Investigación en Juventud**, v. 11, n. 3, p. 3-11, 2017.

MATIJASCIC, Milko; SILVA, Tatiana Dias (Ed.). Situação social da população negra por estado. Ipea, 2014.

NERI, M. C. Juventudes, educação e trabalho: Impactos da pandemia nos nem-nem. **Rio de Janeiro: FGV Social**, 2021.

NERI, Marcelo Côrtes (Coordenador).. Juventude e Trabalho: Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos nem-nem. Rio de Janeiro: FGV Social, 2019.

SHIRASU, Maitê Rimekká; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque . Avaliação dos custos econômicos associados aos jovens nem-nem no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 161-182, 2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil, 2020.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

SOUZA, Luiz Carlos de; ANDRADE, Eliane Ribeiro. Desigualdades de oportunidades entre jovens homens e jovens mulheres que não estudam nem estão ocupados (as) no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, set./dez, p. 1159-1174, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em:
<[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_230674.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/---documents/publication/wcms_230674.pdf)>.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Juventude e ensino superior no Brasil. In: Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta em São Paulo: Cenários e tendências sócio demográficas. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

ZANIN, L. On Okun's Law in OECD countries: an analysis by age cohorts. **Economics Letters**, v. 125, n. 2, p. 243-248, 2015.

APÊNDICE

Tabela 1 – Distribuição de jovens e não jovens, 2021.

Desagregação	Jovens		Não jovens	
	n	%	n	%
DF	725.916	24,1%	2.284.965	75,9%
RA				
Plano Piloto	38.753	17,2%	186.095	82,8%
Gama	35.563	25,9%	101.768	74,1%
Taguatinga	46.240	22,0%	164.258	78,0%
Brazlândia	14.598	26,1%	41.281	73,9%
Sobradinho	16.434	22,4%	57.004	77,6%
Planaltina	50.074	26,8%	136.424	73,2%
Paranoá	19.407	27,8%	50.451	72,2%
Núcleo Bandeirante	5.516	22,9%	18.577	77,1%
Ceilândia	85.114	24,3%	265.233	75,7%
Guará	30.911	21,8%	111.172	78,2%
Cruzeiro	6.094	19,7%	24.766	80,3%
Samambaia	59.044	23,8%	188.585	76,2%
Santa Maria	33.190	25,3%	97.780	74,7%
São Sebastião	34.837	29,3%	84.135	70,7%
Recanto das Emas	35.607	26,7%	97.957	73,3%
Lago Sul	5.804	19,1%	24.642	80,9%
Riacho Fundo	10.666	24,0%	33.798	76,0%
Lago Norte	7.541	20,1%	29.998	79,9%
Candangolândia	3.705	22,7%	12.634	77,3%
Águas Claras	26.562	22,1%	93.545	77,9%
Riacho Fundo II	20.545	28,1%	52.443	71,9%
Sudoeste/Octogonal	8.587	15,5%	46.779	84,5%
Varjão	2.528	28,2%	6.425	71,8%
Parkway	4.929	21,4%	18.152	78,6%
Scia/Estrutural	11.717	31,2%	25.810	68,8%
Sobradinho II	18.648	23,7%	60.189	76,3%
Jardim Botânico	11.675	22,0%	41.370	78,0%
Itapoã	19.008	29,1%	46.365	70,9%
SIA	351	20,2%	1.386	79,8%
Vicente Pires	19.181	24,4%	59.380	75,6%
Fercal	2.623	27,9%	6.765	72,1%
Sol Nascente/Pôr do Sol	28.685	30,8%	64.532	69,2%
Arniqueira	11.779	25,0%	35.266	75,0%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 2 - Distribuição de jovens por faixa etária, 2021.

Desagregação	15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos	
	n	%	n	%	n	%
DF	141.602	19,5%	336.820	46,4%	247.494	34,1%
RA						
Plano Piloto	7.265	18,7%	16.791	43,3%	14.697	37,9%
Gama	6.629	18,6%	16.753	47,1%	12.181	34,3%
Taguatinga	8.721	18,9%	20.974	45,4%	16.545	35,8%
Brazlândia	3.130	21,4%	6.992	47,9%	4.476	30,7%
Sobradinho	3.035	18,5%	7.829	47,6%	5.570	33,9%
Planaltina	10.332	20,6%	23.438	46,8%	16.304	32,6%
Paranoá	4.155	21,4%	9.110	46,9%	6.142	31,6%
Núcleo Bandeirante	938	17,0%	2.493	45,2%	2.085	37,8%
Ceilândia	15.126	17,8%	40.999	48,2%	28.989	34,1%
Guará	5.611	18,2%	14.071	45,5%	11.229	36,3%
Cruzeiro	1.271	20,9%	2.500	41,0%	2.323	38,1%
Samambaia	13.019	22,1%	26.312	44,6%	19.713	33,4%
Santa Maria	7.421	22,4%	14.536	43,8%	11.233	33,8%
São Sebastião	6.517	18,7%	17.516	50,3%	10.804	31,0%
Recanto das Emas	6.115	17,2%	16.678	46,8%	12.814	36,0%
Lago Sul	1.230	21,2%	2.730	47,0%	1.844	31,8%
Riacho Fundo	1.682	15,8%	5.216	48,9%	3.768	35,3%
Lago Norte	1.440	19,1%	2.991	39,7%	3.110	41,2%
Candangolândia	602	16,3%	1.746	47,1%	1.357	36,6%
Águas Claras	5.748	21,6%	11.090	41,8%	9.724	36,6%
Riacho Fundo II	3.194	15,5%	9.060	44,1%	8.291	40,4%
Sudoeste/Octogonal	1.773	20,6%	4.128	48,1%	2.686	31,3%
Varjão	450	17,8%	1.283	50,8%	795	31,4%
Parkway	1.008	20,5%	2.120	43,0%	1.801	36,5%
Scia/Estrutural	2.271	19,4%	5.997	51,2%	3.449	29,4%
Sobradinho II	4.230	22,7%	8.762	47,0%	5.656	30,3%
Jardim Botânico	2.450	21,0%	5.240	44,9%	3.985	34,1%
Itapoã	4.009	21,1%	9.346	49,2%	5.653	29,7%
SIA	39	11,0%	140	40,0%	172	49,0%
Vicente Pires	3.783	19,7%	8.767	45,7%	6.631	34,6%
Fercal	504	19,2%	1.290	49,2%	829	31,6%
Sol Nascente/Pôr do Sol	5.676	19,8%	14.410	50,2%	8.599	30,0%
Arniqueira	2.225	18,9%	5.515	46,8%	4.039	34,3%
Critério Brasil						
Classe A	7.695	21,2%	18.745	51,7%	9.820	27,1%
Classe B1	11.106	23,6%	22.496	47,9%	13.375	28,5%
Classe B2	26.516	18,5%	66.129	46,2%	50.487	35,3%
Classe C1	31.334	18,7%	70.850	42,3%	65.274	39,0%
Classe C2	32.412	17,6%	88.334	48,1%	63.070	34,3%
Classe DE	25.536	21,2%	57.496	47,7%	37.535	31,1%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 3 - Distribuição de mulheres jovens com filho (s), 2021.

Desagregações	n	%
DF	57.315	15,7%
RA		
Plano Piloto	562	2,9%
Gama	2.896	16,5%
Taguatinga	2.982	12,6%
Brazlândia	587	8,2%
Sobradinho	564	6,9%
Planaltina	6.390	25,3%
Paranoá	1.331	13,8%
Núcleo Bandeirante	370	13,2%
Ceilândia	6.459	15,0%
Guará	1.834	11,7%
Cruzeiro	*	*
Samambaia	4.854	16,4%
Santa Maria	3.152	18,6%
São Sebastião	4.209	24,0%
Recanto das Emas	4.006	22,3%
Lago Sul	*	*
Riacho Fundo	1.362	24,8%
Lago Norte	*	*
Candangolândia	225	12,5%
Águas Claras	1.334	9,5%
Riacho Fundo II	1.874	18,2%
Sudoeste/Octogonal	*	*
Varjão	239	18,5%
Parkway	*	*
Scia/Estrutural	1.827	31,3%
Sobradinho II	1.292	13,8%
Jardim Botânico	633	11,0%
Itapoã	1.606	16,8%
SIA	*	*
Vicente Pires	1.296	13,7%
Fercal	242	18,8%
Sol Nascente/Pôr do Sol	3.630	25,2%
Arniqueira	980	16,5%
Faixa etária		
15 a 17 anos	*	*
18 a 24 anos	20140	12,1%
25 a 29 anos	36325	28,6%
Classe - Critério Brasil		
Classe A	789	4,3%
Classe B1	1284	5,5%
Classe B2	7602	10,4%
Classe C1	11967	14,3%
Classe C2	17773	19,2%
Classe DE	16304	26,3%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

Tabela 4 - Proporção de jovens que frequentam a escola, 2021.

Desagregação	2022	
	n	%
DF	291.053	40,1%
RA		
Plano Piloto	17.350	44,8%
Gama	12.610	35,5%
Taguatinga	16.789	36,3%
Brazlândia	7.089	48,6%
Sobradinho	7.535	45,8%
Planaltina	22.325	44,6%
Paranoá	6.727	34,7%
Núcleo Bandeirante	1.651	29,9%
Ceilândia	30.899	36,3%
Guará	14.717	47,6%
Cruzeiro	2.824	46,3%
Samambaia	22.908	38,8%
Santa Maria	15.350	46,2%
São Sebastião	10.604	30,4%
Recanto das Emas	12.431	34,9%
Lago Sul	4.108	70,8%
Riacho Fundo	3.558	33,4%
Lago Norte	4.548	60,3%
Candangolândia	1.409	38,0%
Águas Claras	13.963	52,6%
Riacho Fundo II	7.282	35,4%
Sudoeste/Octogonal	4.176	48,6%
Varjão	1.018	40,3%
Parkway	2.820	57,2%
Scia/Estrutural	3.482	29,7%
Sobradinho II	7.771	41,7%
Jardim Botânico	5.305	45,4%
Itapoã	7.669	40,3%
SIA	89	25,5%
Vicente Pires	8.344	43,5%
Fercal	919	35,0%
Sol Nascente/Pôr do Sol	8.831	30,8%
Arniqueira	3.951	33,5%
Classe - Critério Brasil		
Classe A	23.389	64,5%
Classe B1	26.516	56,4%
Classe B2	65.169	45,5%
Classe C1	64.494	38,5%
Classe C2	63.687	34,6%
Classe DE	37.285	30,9%
Faixa etária		
15 a 17 anos	131.625	93,0%
18 a 24 anos	125.203	37,2%
25 a 29 anos	34.225	13,8%
Grupo de renda		
Alta	52.271	50,3%
Média-alta	57.310	40,9%
Média-baixa	93.096	38,4%
Baixa	88.376	36,9%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF.
(*) Sem representatividade.

Tabela 5 - Proporção de jovens que frequentam a escola por dependência administrativa

Desagregações	2021			
	Privada		Pública	
DF	115.418	39,7%	175.635	60,3%
RA				
Plano Piloto	9.801	56,5%	7.549	43,5%
Gama	5.277	41,8%	7.333	58,2%
Taguatinga	7.735	46,1%	9.054	53,9%
Brazlândia	3.300	46,6%	3.788	53,4%
Sobradinho	3.111	41,3%	4.424	58,7%
Planaltina	5.948	26,6%	16.377	73,4%
Paranoá	*	*	5.787	86,0%
Núcleo Bandeirante	769	46,6%	882	53,4%
Ceilândia	6.011	19,5%	24.889	80,5%
Guará	8.334	56,6%	6.384	43,4%
Cruzeiro	1.524	54,0%	1.300	46,0%
Samambaia	7.596	33,2%	15.312	66,8%
Santa Maria	4.169	27,2%	11.181	72,8%
São Sebastião	1.391	13,1%	9.213	86,9%
Recanto das Emas	3.366	27,1%	9.065	72,9%
Lago Sul	3.730	90,8%	378	9,2%
Riacho Fundo	1.629	45,8%	1.930	54,2%
Lago Norte	3.349	73,6%	1.199	26,4%
Candangolândia	510	36,2%	899	63,8%
Águas Claras	11.480	82,2%	2.483	17,8%
Riacho Fundo II	2.487	34,2%	4.795	65,8%
Sudoeste/Octogonal	3.440	82,4%	737	17,6%
Varjão	192	18,9%	825	81,1%
Parkway	2.701	95,8%	*	*
Scia/Estrutural	330	9,5%	3.152	90,5%
Sobradinho II	2.796	36,0%	4.974	64,0%
Jardim Botânico	3.446	65,0%	1.859	35,0%
Itapoã	1.611	21,0%	6.058	79,0%
SIA	35	39,5%	54	60,5%
Vicente Pires	4.811	57,7%	3.533	42,3%
Fercal	214	23,3%	705	76,7%
Sol Nascente/Pôr do Sol	1.397	15,8%	7.434	84,2%
Arniqueira	1.986	50,3%	1.965	49,7%
Classe - Critério Brasil				
Classe A	18.129	77,5%	5.260	22,5%
Classe B1	18.746	70,7%	7.770	29,3%
Classe B2	34.692	53,2%	30.477	46,8%
Classe C1	24.675	38,3%	39.819	61,7%
Classe C2	12.037	18,9%	51.650	81,1%
Classe DE	3.646	9,8%	33.640	90,2%
Faixa etária				
15 a 17 anos	31.716	24,1%	99.910	75,9%
18 a 24 anos	61.683	49,3%	63.520	50,7%
25 a 29 anos	22.019	64,3%	12.206	35,7%
Grupo de renda				
Alta	37.948	72,6%	14.324	27,4%
Média-alta	28.815	50,3%	28.495	49,7%
Média-baixa	27.477	29,5%	65.618	70,5%
Baixa	21.178	24,0%	67.199	76,0%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 6 – Proporção de jovens que frequentam a escola por etapa de ensino, 2021.

Desagregação	2021			
	Ensino Médio		Ensino Superior	
DF	121.955	41,9%	105.013	36,1%
RA				
Plano Piloto	6.808	39,2%	8.220	47,4%
Gama	6.578	52,2%	4.466	35,4%
Taguatinga	7.395	44,0%	6.966	41,5%
Brazlândia	2.725	38,4%	3.434	48,4%
Sobradinho	2.829	37,5%	3.682	48,9%
Planaltina	9.246	41,4%	6.959	31,2%
Paranoá	2.815	41,8%	1.547	23,0%
Núcleo Bandeirante	713	43,2%	766	46,4%
Ceilândia	12.989	42,0%	8.650	28,0%
Guará	5.805	39,4%	6.137	41,7%
Cruzeiro	1.066	37,8%	1.322	46,8%
Samambaia	9.848	43,0%	6.313	27,6%
Santa Maria	7.701	50,2%	4.567	29,8%
São Sebastião	5.745	54,2%	2.069	19,5%
Recanto das Emas	4.799	38,6%	3.960	31,9%
Lago Sul	1.212	29,5%	2.142	52,1%
Riacho Fundo	1.350	37,9%	1.589	44,7%
Lago Norte	1.537	33,8%	2.389	52,5%
Candangolândia	599	42,5%	618	43,8%
Águas Claras	4.010	28,7%	6.803	48,7%
Riacho Fundo II	3.016	41,4%	2.815	38,7%
Sudoeste/Octogonal	1.653	39,6%	2.205	52,8%
Varjão	422	41,4%	305	30,0%
Parkway	894	31,7%	1.572	55,7%
Scia/Estrutural	1.494	42,9%	*	*
Sobradinho II	3.327	42,8%	3.161	40,7%
Jardim Botânico	2.284	43,0%	2.285	43,1%
Itapoã	3.000	39,1%	2.665	34,8%
SIA	*	*	*	*
Vicente Pires	2.989	35,8%	3.518	42,2%
Fercal	471	51,2%	234	25,5%
Sol Nascente/Pôr do Sol	4.634	52,5%	1.999	22,6%
Arniqueira	1.968	49,8%	1.257	31,8%
Grupo de renda				
Alta	18.397	35,2%	25.617	49,0%
Média-alta	23.399	40,8%	24.310	42,4%
Média-baixa	41.793	44,9%	28.746	30,9%
Baixa	38.366	43,4%	26.340	29,8%
Critério Brasil				
Classe A	6.975	29,8%	12.688	54,2%
Classe B1	9.004	34,0%	12.887	48,6%
Classe B2	25.650	39,4%	29.800	45,7%
Classe C1	28.278	43,8%	24.992	38,8%
Classe C2	29.920	47,0%	17.102	26,9%
Classe DE	17.424	46,7%	4.715	12,6%
Faixa etária				
15 a 17 anos	92.648	70,4%	*	*
18 a 24 anos	27.563	22,0%	79.967	63,9%
25 a 29 anos	1.744	5,1%	24.634	72,0%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 7 – Proporção de jovens entre 25 e 29 anos com ensino superior completo, 2021.

Desagregações	2021	
DF	83.111	33,6%
RA		
Plano Piloto	10.573	71,9%
Gama	4.541	37,3%
Taguatinga	6.074	36,7%
Brazlândia	1.178	26,3%
Sobradinho	1.919	34,5%
Planaltina	4.173	25,6%
Paranoá	*	*
Núcleo Bandeirante	803	38,5%
Ceilândia	4.997	17,2%
Guará	5.621	50,1%
Cruzeiro	1.406	60,5%
Samambaia	8.387	42,5%
Santa Maria	2.890	25,7%
São Sebastião	2.128	19,7%
Recanto das Emas	1.926	15,0%
Lago Sul	1.423	77,2%
Riacho Fundo	1.009	26,8%
Lago Norte	1.792	57,6%
Candangolândia	592	43,6%
Águas Claras	6.130	63,0%
Riacho Fundo II	1.457	17,6%
Sudoeste/Octogonal	1.841	68,6%
Varjão	160	20,1%
Parkway	943	52,3%
Scia/Estrutural	*	*
Sobradinho II	1.907	33,7%
Jardim Botânico	2.068	51,9%
Itapoã	975	17,2%
SIA	*	*
Vicente Pires	2.822	42,6%
Fercal	*	*
Sol Nascente/Pôr do Sol	*	*
Arniqueira	1.415	35,0%
Grupo de renda		
Alta	24.769	65,4%
Média-alta	20.728	41,5%
Média-baixa	23.732	29,1%
Baixa	13.882	17,8%
Critério Brasil		
Classe A	6.601	67,2%
Classe B1	9.059	67,7%
Classe B2	30.306	60,0%
Classe C1	26.314	40,3%
Classe C2	8.254	13,1%
Classe DE	1.147	3,1%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 8 – Proporção de jovens que estudam tanto na rede formal de ensino quanto fora da rede formal, 2021.

Desagregação	2021	
	n	%
DF	372.221	51,3%
RA		
Plano Piloto	21.993	56,8%
Gama	16.120	45,3%
Taguatinga	23.712	51,3%
Brazlândia	8.302	56,9%
Sobradinho	10.912	66,4%
Planaltina	27.742	55,4%
Paranoá	7.651	39,4%
Núcleo Bandeirante	2.172	39,4%
Ceilândia	37.269	43,8%
Guará	20.322	65,7%
Cruzeiro	3.583	58,8%
Samambaia	30.371	51,4%
Santa Maria	17.548	52,9%
São Sebastião	14.348	41,2%
Recanto das Emas	15.372	43,2%
Lago Sul	4.537	78,2%
Riacho Fundo	4.383	41,1%
Lago Norte	5.905	78,3%
Candangolândia	1.820	49,1%
Águas Claras	17.113	64,4%
Riacho Fundo II	10.550	51,4%
Sudoeste/Octogonal	5.192	60,5%
Varjão	1.224	48,4%
Parkway	3.743	75,9%
Scia/Estrutural	4.526	38,6%
Sobradinho II	12.104	64,9%
Jardim Botânico	6.401	54,8%
Itapoã	10.051	52,9%
SIA	147	41,8%
Vicente Pires	10.589	55,2%
Fercal	1.210	46,1%
Sol Nascente/Pôr do Sol	10.751	37,5%
Arniqueira	4.557	38,7%
Grupo de renda		
Alta	64.883	62,5%
Média-alta	77.815	55,5%
Média-baixa	117.796	48,6%
Baixa	111.727	46,6%
Critério Brasil		
Classe A	28.296	78,0%
Classe B1	32.788	69,8%
Classe B2	85.612	59,8%
Classe C1	87.999	52,5%
Classe C2	78.526	42,7%
Classe DE	45.671	37,9%
Faixa etária		
15 a 17 anos	133.081	94,0%
18 a 24 anos	169.298	50,3%
25 a 29 anos	69.843	28,2%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 9 – Proporção de jovens que estudam apenas fora da rede formal de ensino, 2021.

Desagregação	2021	
	n	%
DF	81.168	11,2%
RA		
Plano Piloto	4.642	12,0%
Gama	3.510	9,9%
Taguatinga	6.924	15,0%
Brazlândia	1.213	8,3%
Sobradinho	3.377	20,5%
Planaltina	5.417	10,8%
Paranoá	*	*
Núcleo Bandeirante	522	9,5%
Ceilândia	6.370	7,5%
Guará	5.605	18,1%
Cruzeiro	759	12,5%
Samambaia	7.463	12,6%
Santa Maria	2.198	6,6%
São Sebastião	3.744	10,7%
Recanto das Emas	2.941	8,3%
Lago Sul	429	7,4%
Riacho Fundo	825	7,7%
Lago Norte	1.357	18,0%
Candangolândia	411	11,1%
Águas Claras	3.150	11,9%
Riacho Fundo II	3.268	15,9%
Sudoeste/Octogonal	1.015	11,8%
Varjão	207	8,2%
Parkway	923	18,7%
Scia/Estrutural	1.045	8,9%
Sobradinho II	4.333	23,2%
Jardim Botânico	1.095	9,4%
Itapoã	2.382	12,5%
SIA	57	16,3%
Vicente Pires	2.244	11,7%
Fercal	292	11,1%
Sol Nascente/Pôr do Sol	1.920	6,7%
Arniqueira	607	5,2%
Grupo de renda		
Alta	12.612	12,1%
Média-alta	20.505	14,6%
Média-baixa	24.700	10,2%
Baixa	23.351	9,7%
Critério Brasil		
Classe A	4.907	13,5%
Classe B1	6.272	13,4%
Classe B2	20.443	14,3%
Classe C1	23.505	14,0%
Classe C2	14.839	8,1%
Classe DE	8.386	7,0%
Faixa etária		
15 a 17 anos	1.455	1,0%
18 a 24 anos	44.095	13,1%
25 a 29 anos	35.618	14,4%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 10 – Proporção de jovens fazem curso profissionalizante, 2021.

Desagregação	2021	
	n	%
DF	50.927	7,0%
RA		
Plano Piloto	3.066	7,9%
Gama	1.236	3,5%
Taguatinga	2.968	6,4%
Brazlândia	802	5,5%
Sobradinho	2.622	16,0%
Planaltina	4.320	8,6%
Paranoá	*	*
Núcleo Bandeirante	*	*
Ceilândia	4.570	5,4%
Guará	2.444	7,9%
Cruzeiro	*	*
Samambaia	2.876	4,9%
Santa Maria	2.592	7,8%
São Sebastião	2.139	6,1%
Recanto das Emas	1.834	5,2%
Lago Sul	571	9,8%
Riacho Fundo	520	4,9%
Lago Norte	*	*
Candangolândia	*	*
Águas Claras	1.137	4,3%
Riacho Fundo II	2.182	10,6%
Sudoeste/Octogonal	967	11,3%
Varjão	128	5,1%
Parkway	316	6,4%
Scia/Estrutural	642	5,5%
Sobradinho II	2.752	14,8%
Jardim Botânico	903	7,7%
Itapoã	1.699	8,9%
SIA	*	*
Vicente Pires	1.074	5,6%
Fercal	165	6,3%
Sol Nascente/Pôr do Sol	3.305	11,5%
Arniqueira	*	*
Grupo de renda		
Alta	8.443	8,1%
Média-alta	10.214	7,3%
Média-baixa	14.546	6,0%
Baixa	17.724	7,4%
Critério Brasil		
Classe A	4.704	13,0%
Classe B1	4.037	8,6%
Classe B2	10.879	7,6%
Classe C1	12.290	7,3%
Classe C2	10.000	5,4%
Classe DE	7.064	5,9%
Faixa etária		
15 a 17 anos	9.726	6,9%
18 a 24 anos	26.271	7,8%
25 a 29 anos	14.930	6,0%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 11 – Combinação entre situação educacional e ocupacional de jovens, 2021.

Desagregações	Ocupado		Desempregado		Inativo	
	n	%	n	%	n	%
DF	307.254	42,3%	83.869	11,6%	327.893	45,2%
RA						
Plano Piloto	15.609	40,3%	1.227	3,2%	21.342	55,1%
Gama	17.963	50,5%	3.847	10,8%	13.547	38,1%
Taguatinga	21.467	46,4%	4.974	10,8%	19.727	42,7%
Brazlândia	5.402	37,0%	3.067	21,0%	6.032	41,3%
Sobradinho	5.866	35,7%	2.390	14,5%	8.111	49,4%
Planaltina	19.082	38,1%	8.161	16,3%	22.208	44,4%
Paranoá	8.128	41,9%	2.743	14,1%	8.489	43,7%
Núcleo Bandeirante	2.951	53,5%	416	7,5%	2.130	38,6%
Ceilândia	34.670	40,7%	9.622	11,3%	40.536	47,6%
Guará	14.377	46,5%	2.795	9,0%	13.646	44,1%
Cruzeiro	2.710	44,5%	*	*	3.022	49,6%
Samambaia	24.717	41,9%	9.334	15,8%	24.422	41,4%
Santa Maria	13.693	41,3%	3.829	11,5%	15.009	45,2%
São Sebastião	15.308	43,9%	4.801	13,8%	14.292	41,0%
Recanto das Emas	13.536	38,0%	6.569	18,4%	14.856	41,7%
Lago Sul	1.567	27,0%	*	*	4.080	70,3%
Riacho Fundo	5.150	48,3%	896	8,4%	4.436	41,6%
Lago Norte	2.950	39,1%	674	8,9%	3.860	51,2%
Candangolândia	1.726	46,6%	328	8,8%	1.621	43,7%
Águas Claras	12.424	46,8%	1.883	7,1%	11.993	45,2%
Riacho Fundo II	11.204	54,5%	2.975	14,5%	6.173	30,0%
Sudoeste/Octogonal	3.254	37,9%	*	*	5.193	60,5%
Varjão	1.274	50,4%	440	17,4%	804	31,8%
Parkway	1.432	29,1%	*	*	3.351	68,0%
Scia/Estrutural	4.781	40,8%	1.200	10,2%	5.499	46,9%
Sobradinho II	7.362	39,5%	2.423	13,0%	8.626	46,3%
Jardim Botânico	4.509	38,6%	692	5,9%	6.371	54,6%
Itapoã	8.393	44,2%	3.124	16,4%	7.491	39,4%
SIA	152	43,4%	*	*	187	53,3%
Vicente Pires	8.211	42,8%	1.331	6,9%	9.320	48,6%
Fercal	1.197	45,6%	330	12,6%	1.091	41,6%
Sol Nascente/Pôr do Sol	10.910	38,0%	2.531	8,8%	14.768	51,5%
Arniqueira	5.276	44,8%	647	5,5%	5.658	48,0%
Critério Brasil						
Classe A	10.635	29,3%	976	2,7%	24.350	67,2%
Classe B1	16.230	34,5%	2.204	4,7%	28.102	59,8%
Classe B2	59.665	41,7%	12.859	9,0%	69.101	48,3%
Classe C1	77.965	46,6%	20.605	12,3%	67.889	40,5%
Classe C2	84.623	46,0%	25.019	13,6%	73.085	39,8%
Classe DE	48.466	40,2%	18.935	15,7%	51.832	43,0%
Sem classificação	9.671	34,9%	3.270	11,8%	13.533	48,8%
Grupo de renda						
Alta	41.746	40,2%	4.758	4,6%	56.191	54,1%
Média-alta	62.736	44,7%	13.219	9,4%	63.423	45,2%
Média-baixa	103.557	42,8%	29.952	12,4%	106.577	44,0%
Baixa	99.215	41,4%	35.940	15,0%	101.702	42,4%
Faixa etária						
15 a 17 anos	10.284	7,3%	9.491	6,7%	120.820	85,3%
18 a 24 anos	136.658	40,6%	48.637	14,4%	147.520	43,8%
25 a 29 anos	160.312	64,8%	25.740	10,4%	59.553	24,1%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

Tabela 12 – Combinação entre situação educacional e ocupacional de jovens, 2021.

Desagregações	Estuda e trabalha		Estuda e não trabalha		Não estuda e trabalha		Não estuda e não trabalha	
	n	%	n	%	n	%	n	%
DF	107.909	14,9%	262.145	36,1%	198.057	27,3%	149.435	20,6%
RA								
Plano Piloto	4.044	10,4%	17.728	45,7%	11.474	29,6%	4.986	12,9%
Gama	5.017	14,1%	11.104	31,2%	12.947	36,4%	6.355	17,9%
Taguatinga	6.799	14,7%	16.913	36,6%	14.664	31,7%	7.857	17,0%
Brazlândia	1.828	12,5%	6.443	44,1%	3.537	24,2%	2.599	17,8%
Sobradinho	3.032	18,4%	7.847	47,7%	2.835	17,2%	2.578	15,7%
Planaltina	7.634	15,2%	20.041	40,0%	11.288	22,5%	10.380	20,7%
Paranoá	1.792	9,2%	5.859	30,2%	6.336	32,6%	5.373	27,7%
Núcleo Bandeirante	784	14,2%	1.388	25,2%	2.167	39,3%	1.158	21,0%
Ceilândia	9.849	11,6%	27.284	32,1%	24.154	28,4%	22.127	26,0%
Guará	7.416	24,0%	12.857	41,6%	6.919	22,4%	3.584	11,6%
Cruzeiro	997	16,4%	2.569	42,2%	1.713	28,1%	755	12,4%
Samambaia	9.810	16,6%	20.464	34,7%	14.823	25,1%	13.666	23,1%
Santa Maria	5.416	16,3%	11.975	36,1%	8.203	24,7%	6.790	20,5%
São Sebastião	4.506	12,9%	9.770	28,0%	10.802	31,0%	9.315	26,7%
Recanto das Emas	4.768	13,4%	10.459	29,4%	8.768	24,6%	11.111	31,2%
Lago Sul	795	13,7%	3.690	63,6%	772	13,3%	495	8,5%
Riacho Fundo	1.512	14,2%	2.817	26,4%	3.638	34,1%	2.513	23,6%
Lago Norte	1.823	24,2%	4.070	54,0%	1.100	14,6%	478	6,3%
Candangolândia	577	15,6%	1.213	32,7%	1.150	31,0%	735	19,8%
Águas Claras	5.694	21,4%	11.255	42,4%	6.730	25,3%	2.657	10,0%
Riacho Fundo II	4.479	21,8%	5.996	29,2%	6.686	32,5%	3.035	14,8%
Sudoeste/Octogonal	1.019	11,9%	4.086	47,6%	2.235	26,0%	1.160	13,5%
Varjão	418	16,5%	801	31,7%	845	33,4%	442	17,5%
Parkway	848	17,2%	2.896	58,7%	584	11,9%	601	12,2%
Scia/Estrutural	1.285	11,0%	3.172	27,1%	3.482	29,7%	3.570	30,5%
Sobradinho II	3.773	20,2%	8.142	43,7%	3.589	19,2%	2.835	15,2%

Jardim Botânico	1.549	13,3%	4.819	41,3%	2.960	25,4%	2.276	19,5%
Itapoã	3.277	17,2%	6.774	35,6%	5.080	26,7%	3.797	20,0%
SIA	*	*	115	32,6%	120	34,2%	*	*
Vicente Pires	2.718	14,2%	7.734	40,3%	5.493	28,6%	2.901	15,1%
Fercal	408	15,6%	797	30,4%	788	30,1%	624	23,8%
Sol Nascente/Pôr do Sol	2.924	10,2%	7.699	26,8%	7.986	27,8%	9.664	33,7%
Arniqueira	1.088	9,2%	3.370	28,6%	4.188	35,6%	2.935	24,9%
Critério Brasil								
Classe A	5.972	16,5%	22.105	61,0%	4.662	12,9%	3.271	9,0%
Classe B1	7.604	16,2%	24.915	53,0%	8.585	18,3%	5.376	11,4%
Classe B2	23.681	16,5%	61.557	43,0%	35.948	25,1%	20.672	14,4%
Classe C1	29.097	17,4%	58.489	34,9%	48.640	29,0%	29.666	17,7%
Classe C2	26.003	14,1%	52.180	28,4%	57.827	31,5%	45.684	24,9%
Classe DE	11.778	9,8%	33.561	27,8%	36.631	30,4%	37.276	30,9%
Grupo de renda								
Alta	15.771	15,2%	48.543	46,7%	25.856	24,9%	12.652	12,2%
Média-alta	23.443	16,7%	54.006	38,5%	39.249	28,0%	22.587	16,1%
Média-baixa	35.377	14,6%	81.786	33,8%	67.355	27,8%	54.286	22,4%
Baixa	33.318	13,9%	77.809	32,5%	65.597	27,4%	59.909	25,0%
Faixa etária								
15 a 17 anos	9.102	6,4%	123.316	87,1%	1.182	0,8%	7.051	5,0%
18 a 24 anos	55.738	16,5%	112.396	33,4%	80.269	23,8%	83.847	24,9%
25 a 29 anos	43.070	17,4%	26.432	10,7%	116.607	47,1%	58.538	23,7%
Gênero e raça/cor								
Mulher negra	28.558	13,6%	79.377	37,7%	47.605	22,6%	52.555	24,9%
Mulher não negra	24.426	15,7%	61.386	39,4%	32.584	20,9%	35.947	23,1%
Homem negro	34.431	15,6%	69.769	31,6%	74.607	33,8%	39.128	17,7%
Homem não negro	20.306	14,9%	50.942	37,3%	42.403	31,1%	21.247	15,6%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 e 2018. Elaboração: DIPOS/IPEDF. (*) Sem representatividade.

